

UNIVERSIDADE TIRADENTES

ISABELA KAROLINNE BATISTA DOS SANTOS
LUCIANA BEZERRA FERNANDES
OTIENE DA SILVA INÁCIO

A IMPORTÂNCIA DO SERVIÇO SOCIAL NO
SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
DO MUNICÍPIO DE PROPRIÁ/SE

PROPRIÁ/SE
2012

ISABELA KAROLINNE BATISTA DOS SANTOS
LUCIANA BEZERRA FERNANDES
OTIENE DA SILVA INÁCIO

A IMPORTÂNCIA DO SERVIÇO SOCIAL NO
SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
DO MUNICÍPIO DE PROPRIÁ/SE

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Curso de Serviço Social da Universidade
Tiradentes UNIT, como requisito parcial para
obtenção do grau de bacharel em Serviço
Social.

Orientador (a): Prof.^a Msc: Ana Caroline
Trindade dos Santos

PROPRIÁ/SE
2012

ISABELA KAROLINNE BATISTA DOS SANTOS
LUCIANA BEZERRA FERNANDES
OTIENE DA SILVA INÁCIO

A IMPORTÂNCIA DO SERVIÇO SOCIAL NO SISTEMA ÚNICO DE
ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE PROPRIÁ/SE

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Curso de Serviço Social da Universidade
Tiradentes UNIT, como requisito parcial para
obtenção do grau de bacharel em Serviço
Social.

Aprovada em 07/12/2012/
Banca examinadora

Prof^a. Msc. Rosana Marques de Menezes
Universidade Tiradentes

Prof^a. Priscylla Kariny Maria Rodrigues Moura
Universidade Tiradentes

Prof^a. Msc. Adelina Amélia Vieira Lubambo de Britto
Universidade Tiradentes

Dedico este trabalho a todos que contribuíram de forma direta e indireta e em especial a minha Tia Izabel o meu total afeto e amor.

AGRADECIMENTOS

De início agradeço eternamente a Deus que se mostrou criador, que foi criativo me guiando nessa jornada. Seu fôlego de vida em mim me foi sustento e deu-me coragem para questionar realidades, entender as impossibilidades dos percalços da vida e propor sempre um novo mundo de possibilidades diante das dificuldades do dia a dia e como já dizia Martinho Lutero “não sei por quais caminhos Deus me conduz, mas conheço bem meu guia”.

À minha tia Izabel e a minha Mãe Geane, por terem a capacidade de acreditar e investir em mim. O cuidado, afeto, amor e dedicação foi que deram, em alguns momentos, a esperança e o desejo para seguir. Tia, sua presença significou segurança e certeza de que não estou sozinha nessa caminhada.

À minha avó Cila que no seu plano espiritual sei que zela e me protege sempre. Sinto que é um anjo da guarda, é luz na minha vida.

Ao meu pai Edison, meu irmão Filipe e meu Tio Espedito. Sou grata pelo apoio, cuidado e incentivo de vocês.

À Luciana Bezerra, pessoa com quem amo partilhar a vida. Agradeço a Deus por ter me dado mais que uma amiga, somos irmãs de alma e coração. Obrigada pelo carinho, a paciência, a compreensão e por sua capacidade de me trazer paz na correria de cada período. Mesmo diante de meu stress, momentos de grosseria, mas tudo no final tudo deu certo.

Até porque com você, as pausas entre um parágrafo e outro de produção melhora tudo o que tenho produzido e descoberto da vida. Tenho plena certeza que me fará uma falta enorme, o fundão da sala vai deixar saudade. Você é joia rara, gata!

Ás amigas e colegas, gatas e gatos, Joana Tojal, Ízargos Delgado, Otiene, Laiane Ferreira, Jéssica Fernandes, Edcléssia Sales, Ana Elisabeth, Dijenane Giglioga, Daniel Araújo, Ana Paula Lopes, Delman Cabral, Adriano Vieira, Silvanio Oliveira, Amanda Vie Marta Alves, Tássio Santos, Clarissa Gomes, Adalmiro Sobral, Joyce Mendes, Roberta Oliveira ,Gizelly Santana, Elane Regina, Josenilde, Graziela França,e Antônio Santos, vocês meus queridos eu não poderia deixar de cita-los nossa parceria é firme, honesta, decente, Lealdade acima de tudo. Muita paz, sorte, sucesso, sabedoria, positividade e luz para gente, que venha o melhor pra todos, optem sempre por aquilo que faz o coração vibrar, apesar das consequências, até porque lutar pela realização dos nossos sonhos é essencial e digno.

Ás professoras, Fernanda Nascimento, Maria da Conceição Mendonça, Ana Caroline Trindade, Rosana Marques, Patrícia Santos, Lenalda Moraes, Ana Célia Goes e Sônia Lopes sou grata por terem me feito acreditar e estimar ainda mais o Curso e a Profissão do Serviço Social, fazendo valer, sobretudo que o caráter, princípios e a ética estão acima de tudo. Hoje tenho imenso orgulho da profissão que eu não escolhi mais que ela me escolheu. Obrigado pela oportunidade de nos ter passado tanto conhecimento, vivência e sabedoria ao longo desses três anos e meio, valeu por tudo.

Á professora e orientadora Ana Caroline Trindade, agradeço imensamente pelo apoio e paciência que subsidiou novas reflexões e construções, proporcionando também inspiração no amadurecimento dos meus conhecimentos e conceitos que me levaram a execução e conclusão desta última etapa da minha vida acadêmica.

Em especial cito novamente a professora e examinadora da banca Rosana Marques por seu carinho, consideração e pelas contribuições teóricas; pela orientação na

escolha do nosso tema, e principalmente, por nos mostrar na prática que nós alunos nos desenvolvemos melhor quando somos valorizados e nos sentimos importantes. Foi com você que aprendi a refletir a duvidar e a nunca encarar a realidade como pronta. Assim é um prazer tê-la na banca examinadora, já que partilhamos o que era o broto daquilo que veio a ser esse trabalho. Desejei a sua participação na banca examinadora deste trabalho desde o princípio.

Agradeço a professora e examinadora também da Banca Priscila Karine, por ter se disposto a estar examinando nosso trabalho. De hoje em diante terá todo o meu respeito e gratidão.

Ao Curso de Serviço Social e a Universidade Tiradentes que sempre nos proporcionou momentos de motivação, e conhecimento aliando teoria à prática.

Assim, agradeço as amigas gatas Luciana Bezerra e Otiene da Silva, que dividiram comigo esse trabalho cansativo, mais importante e tão esperado. Vocês foram pessoas com quem convivi nesse espaço ao longo desses anos. A experiência de uma produção compartilhada na união, sinceridade, sabedoria e lealdade que tive com vocês nesses períodos de universidade, que hoje chega ao fim foram a melhor experiência da minha formação acadêmica e pessoal. O Sucesso profissional nos espera, a batalha da vida começa agora.

E por fim do fundo do coração sou grata por todos aqueles que de alguma forma estiveram e estão próximos de mim, fazendo esta vida valer cada vez mais a pena. Valeu gente e como diz Lulu Santos “eu vejo um novo começo de era, de gente fina elegante e sincera com habilidade pra dizer mais sim do que não, hoje o tempo voa”.

Isabela Karolinne Batista dos Santos

Então, sabe o que Deus diz pra você: "Eu sou Poderoso para fazer muito mais abundantemente além daquilo que você pede ou imagina."

(Ef. 3.20)

Dedico a Deus que sempre planejou minha vida, fazendo com que as pessoas e as coisas acontecessem na hora certa, por mais que eu não compreendesse sua real intenção sobre tudo ao meu redor.

AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar a Deus, pois sem a vontade dele não estaria trilhando este caminho, que por muitas vezes tortuoso e complicado, mas como estava em seus planos esta vitória, aqui estou.

Agradeço aos professores da UNIT, em especial a professora Lenalda Vieira Santos Morais, sendo a estimuladora da minha continuidade nesse caminho percorrido, como também as professoras Patrícia Santos Silva, que sempre despertou algo mais em suas aulas, Rosana Marques de Menezes, sempre com seu jeitinho irreverente de conversar sobre as temáticas do curso, Maria da Conceição Souza Mendonça, que sempre falou com fervor sobre o Serviço Social, em suas belíssimas aulas.

Aos meus pais, em especial a minha mãe Maria Helena, sem ela eu não seria nada, sempre esteve comigo em todos os momentos da minha vida, sempre me orientando, me encaminhando, me dando muito afeto, carinho e o mais importante amor, que foi o que me fez ser essa pessoa tão digna que me transformei. Meu muito obrigado pela sua existência, pois sem ela a minha não existiria.

Agradeço a Otieno Inácio da Silva, pelas conversas e pelo tratamento tão digno que tem por mim; agradeço também a Dr. Everton Campos de Oliveira, pois por muitas vezes compreendeu meus obstáculos em meio aos meus estudos.

Jamais posso esquecer-me de falar da pessoa que, desde que a conheci se tornou confidente das minhas inquietações, frustrações, alegrias e desabafos. Meu muito obrigado a

Isabela Karolinne pelos dias de paciência, alegrias, raivas, frustrações, enfim de tudo que já vivemos juntas e ainda iremos viver se assim Deus nos permitir e hoje posso dizer que sei que posso sempre contar com sua amizade e principalmente com a sua presença em minha vida.

Agradeço sem esquecer jamais da professora Ana Caroline Trindade dos Santos, nossa orientadora, que sempre esteve ao nosso lado nessa jornada tão árdua. A professora Rosana Marques de Menezes, mais uma vez, por ter sido tão generosa e ter aceitado avaliar o nosso trabalho. Enfim só me resta agradecer a todas as pessoas que conheci nessa minha jornada de luta, sendo elas muito importantes, pois de alguma forma contribuíram para o meu crescimento pessoal e profissional. A todos vocês meu muito obrigado!

Luciana Bezerra Fernandes

“Não existem erros, apenas lições. O crescimento é um processo de tentativa e erro: experimentação. As experiências que não deram certo fazem parte do processo, assim como as bem-sucedidas. As respostas estão dentro de você. Tudo o que tem a fazer é analisar, ouvir e acreditar”.

(Autor desconhecido)

Dedico este trabalho às pessoas mais importantes da minha vida: meus pais, Josefa e Juvenal ao meu marido Everton Campos e a minha filha Ana Clara que confiaram no meu potencial para esta conquista.

AGRADECIMENTOS

Inicialmente agradeço a Deus, grande fortaleza que me sustenta. Obrigada senhor, por me ouvir e falar ao meu coração com extrema sabedoria como proceder, por qual caminho percorrer, pois essa é mais uma vitória que conquistei por conta da tamanha força que tens me proporcionado para ultrapassar todas as barreiras existentes em meio às trajetórias que percorri durante esses três anos e meio.

Agradeço aos meus pais Josefa Maria da Silva e Juvenal Inácio da Silva que me deram à vida e me ensinaram a vivê-la com dignidade, não bastaria um obrigado. Bastaria dizer que não tenho palavras para agradecer por tudo isso. Amo vocês.

Agradeço Especialmente a minha filha Ana Clara, porque posso agradecer a Deus pelo privilégio de ter uma filha como você. Uma pérola rara e bela, que alegra os meus dias. Perdoe-Me pela ausência e jamais se esqueça do meu amor infinito por você. Amo-te muito saiba que dedico essa vitória a você.

Ao meu marido Everton Campos, saiba que ninguém cruza nosso caminho por acaso. Tampouco entram na vida de alguém sem nenhuma razão. Por isso estou radiante nesta data, por poder agradecer a Deus pelo convívio que desempenhaste, a árdua tarefa de me dar a sustentação necessária para alcançar este objetivo. Há sempre alguém em nossa vida impossível de ser esquecido. Você foi uma das maiores razões para este instante de vitória. Obrigado pelo incentivo nas horas de desânimo, pelo consolo nos momentos de tristeza e pela

presença nas alegrias de nossas conquistas. Assim, em gratidão e reconhecimento a esse amor, ofereço a você a glória e o triunfo desta minha vitória. Te amo muito....

Aos meus irmãos Wellington, Derclebio, Odenice, Fátima, José, e Renata que de maneira direta ou indireta, contribuíram para a realização dessa batalha, que travei em busca do sucesso profissional. Amo muito vocês!

Aos Funcionários e técnicos da Secretaria de Assistência Social Própria/SE que me acolheram e contribuíram muito para a concretização desse trabalho. Vocês acreditarem no meu potencial. Agradeço por me ensinarem que a teoria pode se tornar um dos elementos mais significativos da vida. Muita obrigada!

Somente algumas dessas pessoas, ficarão para sempre em minha memória, essas pessoas são ditas amigas, e as levarei para sempre em meu coração, às vezes pelo simples fato de terem cruzado meu caminho, às vezes pelo simples fato de terem dito uma única palavra de conforto quando eu precisei, às vezes por ter me dado um minuto de sua de atenção e me ouvido falar de minhas angústias, medos, vitórias, derrotas... A você minha amiga Rosângela, Você é muito especial e importante para mim. Deus te abençoe!

A toda a turma da sala desde os que iniciaram comigo até os que juntamente comigo vão se formar. Obrigada pela amizade e companheirismo e pela forma relevante que participaram da minha vida, acadêmica e pessoal. Em especial a Luciana Fernandes e Isabela que junto comigo fizeram esse trabalho se concretizar. Obrigada por tudo. Amo vocês...

E por fim agradeço a Dona Bel, Mariana, Bosco Bartiria e Edry pelo carinho e cuidado com a minha filha durante toda minha jornada acadêmica. Amo vocês! Muito obrigada!

Otiene da Silva Inácio

“Tudo é do pai, toda honra e toda glória. É dele a vitória alcançada em minha vida Tudo é do pai, se sou fraco e pecador, bem mais forte é o meu senhor que me cura por amor”.

(Padre Fábio de Melo)

Para garantir uma sintonia do Serviço Social com os tempos atuais, é necessário romper com uma visão endógena, focalista, uma visão 'de dentro' do Serviço Social, prisioneira em seus muros internos. Alargar os horizontes, olhar para mais longe, para o movimento das classes sociais e do Estado, em suas relações com a sociedade; não para perder ou diluir as particularidades profissionais, mas ao contrário, para iluminá-las com maior nitidez.

(Marilda Yamamoto)

RESUMO

O Presente trabalho tem como objetivo analisar a importância do Sistema Único de Assistência Social do município de Propriá/SE, tema ainda pouco debatido na graduação. O mesmo apresenta o caminho histórico da Política de Assistência Social, tratada após a Constituição Federal de 1988, como também o marco legal da própria política, trazendo ainda os direitos socioassistenciais e o monitoramento da Assistência Social. Em se tratando do Serviço Social, é feito um breve histórico do mesmo frente à Política de Assistência Social, incluindo o Projeto Ético Político Profissional e o Serviço Social na Assistência Social nos dias de hoje. No que diz respeito ao Sistema Único de Assistência Social em Sergipe a análise também teve como foco verificar a situação do Sistema no município de Propriá, ressaltando a inserção do Assistente Social nas equipes de referência. Para isso, adotou-se como locus da investigação os equipamentos Públicos do Sistema Único de Assistência Social, junto as particularidades da Política de Assistência Social. Diante disso procurou-se identificar todos os Programas, Projetos, Serviços e Benefícios desenvolvidos e ofertados junto à população usuária. Para concretização deste trabalho, utilizou-se procedimentos metodológicos, pesquisas bibliográficas e de campo através de visitas institucionais, quanto ao universo da pesquisa, o mesmo se concretizou com os profissionais que atuam em todas as equipes de referência do município referido. Ainda se tratando dos procedimentos metodológicos, a pesquisa teve uma abordagem em sua maioria qualitativa, com realização de entrevistas. O universo da pesquisa foi composto por profissionais das equipes de referências do Sistema Único de Assistência Social de Propriá/SE, tendo como amostras profissionais como Assistentes Sociais e Psicólogos. Com a elaboração desta pesquisa foi possível analisar e verificar a Política de Assistência Social dentro dos equipamentos públicos do Sistema Único

de Assistência Social de Propriá/SE. A pesquisa foi realizada entre os meses de agosto a novembro de 2012, constituindo assim o Marco Temporal. O resultado desta foi satisfatório uma vez que a Assistência Social obteve avanços, sendo de total relevância para o aprendizado e conhecimento das mesmas. Ao mesmo tempo percebe-se que algumas profissionais precisam se qualificar mais para que possam prestar um atendimento de qualidade para os usuários.

PALAVRAS CHAVE: Sistema Único de Assistência Social. Política Social. Serviço Social.

ABSTRACT

The present study aims to analyze the insertion of Social Work through the Unified Social Assistance System of the city of Propriá / SE, yet little discussed topic at graduation. The way it presents the history of the Social Assistance Policy, treated after the 1988 Federal Constitution, as well as the legal framework of the policy itself, bringing even sócioassistenciais rights monitoring and Welfare. In the case of Social Work, is made a brief history of the same against the Social Assistance Policy, including Project Professional and Political Ethics in the Social Welfare Service today. With regard to the Unified Social Assistance in Sergipe analysis also focused on the situation in the municipality of System Propriá, highlighting the inclusion of the social worker in reference teams. For this, we adopted as the locus of research equipment of the Unified Public Welfare, with the particularities of the Social Assistance Policy. Given this we tried to identify all programs, projects, services and benefits offered and developed along the user population. To achieve this study, we used methodological procedures, library research and field through institutional visits, as to the survey, the same materialized with professionals who work in all the teams reference the municipality said. Still dealing with the methodological procedures, the survey had a mostly qualitative approach with interviews using semi-structured questionnaire. With the development of this research was possible to analyze and verify the Social Assistance Policy within the public facilities of the Unified Social Assistance Propriá / SE. The survey results were satisfactory since the Welfare made progress, being full of relevance for learning and knowledge of them. At the same time realizes that professionals need to qualify some more so that they can provide a quality service to users.

KEYWORDS: System of Social Welfare. Social Policy. Service Social.

LISTA DE SIGLAS

ABEPSS – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social

BPC- Benefício da Prestação Continuada

CEAS – Centro de Estudos e Ação Social

CENAN- Centro de Atendimento ao Menor

CFESS – Conselho Federal de Serviço Social

CIB - Comissão Intergestores Bipartite

CNAS – Conselho Nacional de Assistência Social

CRAS - Centro de Referência de Assistência Social

CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social

CRESS – Conselho Regional de Serviço Social

Criança e o Adolescente.

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

LBA – Legião Brasileira de Assistência

LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social

MDS- Ministério do Desenvolvimento Social

NIS- Número de Identificação Social

NOB – Norma Operacional Básica

NOB/RH – Norma Operacional de Recursos Humanos

PAA - Programa de Aquisição de Alimentos

PAEFI-Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos

PNAS – Política Nacional de Assistência Social

PSH - Programa Social de Habitação

SALVE – Sistema de Aviso Legal por Violência Exploração ou Maus Tratos Contra a

SEIDES - Secretaria de Estado da Inclusão e do Desenvolvimento

SEMAST- Secretaria Municipal de Assistência Social e Trabalho

SESC – Serviço Social do Comércio

SESI – Serviço Social da Indústria

SUAS – Sistema Único de Assistência Social

UNIT – Universidade Tiradentes

USIP – Unidade Socioeducativa de Intervenção Provisória

LISTA DE QUADROS

- Quadro 1:** Quadro dos Recursos Humanos do CRAS Dom Jose Brandão de Castro..... 70
- Quadro 2:** Quadro dos Recursos Humanos dos Profissionais CRAS Santo Antônio..... 72
- Quadro 3:** Quadro dos Recursos Humanos dos Profissionais da Secretaria Municipal de Assistência Social e Trabalho do município de Propriá/SE..... 76
- Quadro 4:** Quadro dos Recursos Humanos dos Profissionais do CREAS..... 82
- Quadro 5:** Quadro dos Recursos Humanos dos Profissionais da Casa Lar..... 87
- Quadro 6:** Quadro dos Profissionais do SUAS de Propriá/SE..... 90
- Quadro 7:** Quadro das instituições de formação profissional..... 91

SUMÁRIO

1- INTRODUÇÃO.....	27
2- CAMINHO HISTÓRICO DA POLITICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.....	33
2.1- O fortalecimento da Política de Assistência Social após a Constituição Federal de 1988.....	33
2.2- Marco legal da Política de Assistência Social.....	39
2.3- Os Direitos Sócio-Assistênciais.....	41
2.4- Monitoramento da Assistência Social	45
3- O SERVIÇO SOCIAL E A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.....	48
3.1- Processo Histórico do Serviço Social frente à Política de Assistência Social.....	48
3.2- Projeto Ético-Político Profissional.....	52
3.3- O Serviço Social na Assistência Social.....	55
4- O SUAS EM SERGIPE E NO MUNICÍPIO DE PROPRIÁ/SE.....	58
4.1- O SUAS em Sergipe.....	58
4.2- A inserção do Assistente Social nas equipes de referência do SUAS.....	62
4.3- O SUAS no município de Propriá/SE.....	66
4.4- Análise dos dados da pesquisa.....	91
5- CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	97

REFERÊNCIAS..... 99

APÊNDICES..... 101

1- INTRODUÇÃO

O presente trabalho com o título “A importância do Serviço Social no Sistema Único de Assistência Social do município de Propriá/SE”, analisa a implantação do Sistema Único de Assistência Social em Propriá, perpassando pela historicidade da Política Nacional de Assistência Social. O mesmo objetiva estudar o caminho histórico da Assistência Social após a promulgação da Constituição Federal de 1988, verificando assim a sua materialização nos dias de hoje, com a inserção do SUAS em Sergipe e em especial em Propriá/SE.

Segundo SPOSATI (2010), a Assistência ao outro é prática antiga na humanidade. A solidariedade social diante dos pobres, dos viajantes, dos doentes, dos incapazes, dos mais frágeis, se inscreve sob diversas formas nas normas morais de diferentes sociedades. Ao longo do tempo grupos filantrópicos e religiosos foram conformando práticas de ajuda e apoio. Ainda segundo a autora nota-se que a Assistência é vista até como necessária por alguns, mas vazia de “consequências transformadoras”. Sua operação é revestida de um sentido de provisoriedade, mantendo-se isoladas e desarticuladas de outras práticas sociais.

O que instigou a pesquisa foi à curiosidade de conhecer a realidade dos equipamentos públicos sociais de Assistência Social do município de Propriá, com o intuito de analisar o Sistema Único de Assistência Social implantado em Propriá e a sua importância para o usuário.

O trabalho está dividido em três capítulos. De início a pesquisa traz no primeiro capítulo uma articulação do caminho histórico da Assistência Social passando pelo

fortalecimento da mesma logo após a Constituição Federal de 1988, juntamente com sua legislação, seus direitos socioassistenciais e o monitoramento.

No segundo capítulo abordou-se o Serviço Social e a Política de Assistência Social, destacando o processo histórico do Serviço Social, seu Projeto Ético Político Profissional, verificando como se afirma o Serviço Social na Assistência Social, situando a Política Nacional de Assistência Social, a Norma Operacional Básica/Sistema Único de Assistência Social, a Norma Operacional Básica/Recursos Humanos e a Lei Orgânica de Assistência Social.

O terceiro e último capítulo teve por finalidade analisar, expor, situar e fundamentar o SUAS em Sergipe e no município de Propriá/SE, desvelando a realidade social contemporânea. Assim, foi necessário traçar um levantamento histórico acerca da implantação do SUAS no referido município, já que ocorreram mudanças significativas no que tange aos equipamentos públicos sociais.

No que diz respeito à análise de dados, efetivou-se o estudo em conteúdos teóricos e pesquisa de campo para compreender e analisar o Sistema Único de Assistência Social no município referido. Para realização da pesquisa utilizou-se a metodologia qualitativa e de forma mínima a quantitativa, na qual a primeira possibilita interpretar, entender e analisar os sujeitos e o seu meio, até porque há um trabalho de descrição, ao qual são coletados os dados pesquisados. Já a segunda foi utilizada com o intuito de mensurar a quantidade em números, as opiniões e informações necessárias para a análise de dados, trazendo assim uma contribuição para a melhor compreensão dos dados estudados.

O trabalho levanta algumas dúvidas: O SUAS atende as demandas de seus usuários? De que forma é trabalhada a questão social na prática profissional? Quais os avanços alcançados ao longo dos anos com a implantação do SUAS no município?

Diante desses questionamentos têm-se como metas: Verificar as principais demandas do Sistema Único de Assistência Social no município de Propriá/SE; Estudar os Equipamentos Públicos Sociais do município; Verificar a atuação do Assistente Social nas equipes de referência do Sistema Único de Assistência Social do município de Propriá/SE.

Através dos objetivos específicos buscou-se verificar na pesquisa se o Sistema Único de Assistência Social do município realmente atende as demandas do usuário, como também avaliar os serviços, programas e projetos ofertados no município de Propriá. Analisando ainda como principal objetivo da pesquisa a importância do Serviço Social através da Assistência Social para o município.

De forma geral, o tema foi discutido com embasamento em alguns autores como IAMAMAMOTO (2007), SPOSATI (2010), BOAVENTURA (2007), NETTO (1993), TORRES (2002), MARTINELLI (1989), BOSCHETTI (2007), MOTA (2009), bem como as legislações sociais: Política Nacional de Assistência Social, a Lei Orgânica de Assistência Social, Código de Ética Profissional, Parâmetros de Atuação do Assistente Social, a Lei de Regulamentação da Profissão, a Norma Operacional Básica/Sistema Único de Assistência Social e a Norma Operacional Básica/Recursos Humanos e Resoluções do Conselho Nacional de Assistência Social, legislações essas citadas anteriormente.

Para tanto, abordou-se a dinâmica dos dois Centros de Referência da Assistência Social, do Centro de Referência Especializada em Assistência Social e da Secretaria Municipal de Assistência Social, salientando os projetos, programas e serviços ofertados por essas instituições citadas acima. Este último capítulo finaliza fazendo referência ao que foi analisado nas equipes de referência do Sistema Único de Assistência Social do município de Propriá/SE, sendo assim, o campus lócus da pesquisa, buscando obter informações mais relevantes e vastas sobre a temática da pesquisa.

Por se tratar de um tema que envolve vários profissionais dentro do Sistema Único de Assistência Social, tem como fundamento o Código de Ética Profissional e a Lei de Regulamentação da Profissão.

Para um melhor desenvolvimento do tema foi utilizado o método dialético, que proporcionou um melhor desenvolvimento do tema, fundamentado em pressupostos teóricos, que aguçaram ainda mais a curiosidade e análise sobre a realidade, abrindo um espaço para uma compreensão social e empírica. Já que segundo BOSCHETTI (2007), “a investigação Marxista caracteriza-se em não se deixar enganar pela semelhança superficial presente nos “fatos”, procurando chegar à essência do fenômeno Marx”.

Para atender aos objetivos propostos nesta pesquisa realizou-se um levantamento bibliográfico que aborda a Assistência Social com base nas suas leis, referenciadas no Serviço Social, enfocando a realidade atual entre a teoria e a prática, na materialização dos direitos para com os usuários, não deixando de ressaltar a importância do Assistente Social nos equipamentos públicos, até porque o exercício profissional do mesmo se articula através da prestação de serviços públicos.

Foram adotados alguns procedimentos que concretizaram a pesquisa, entre eles, cita-se: Coleta de dados, que foi realizada através de entrevistas, investigação documental e observação direta.

Nestes procedimentos obtiveram-se então informações teórico-metodológicas, permitindo uma melhor visualização da realidade pesquisada, já que a pesquisa de campo foi feita através de visitas as instituições analisadas, afim, de adquirir um amplo conhecimento da realidade do tema proposto. Assim, como afirma BOAVENTURA (2007, p.56), “fundamental é a investigação que procura aumentar o conhecimento sobre o homem, a natureza e a própria humanidade. Pesquisa que faz crescer o patrimônio comum da ciência pelas descobertas de leis e efeitos é uma pesquisa básica ou fundamental”.

O universo da pesquisa foi composto por profissionais das equipes de referências do Sistema Único de Assistência Social de Propriá/SE, tendo como amostra profissionais como Assistentes Sociais e Psicólogos.

Após a conclusão da coleta de dados, os resultados alcançados através desta, foram analisados e discutidos, verificando se os objetivos geral e específicos foram de fato alcançados, respondendo assim a questão norteadora inicial.

A pesquisa foi realizada entre os meses de agosto a novembro de 2012, constituindo assim o Marco Temporal.

A relevância do tema é de caráter social e político, já que proporcionou uma ampla reflexão crítica e social a respeito da Assistência Social. Quanto a sua relevância para a

sociedade e para o meio acadêmico, a pesquisa possibilita um maior conhecimento do SUAS em Propriá/SE, expondo seus pontos positivos e negativos, seu funcionamento e seus profissionais, como também auxilia na reflexão quanto aos questionamentos pertinentes ao desenvolvimento da Assistência Social.

Para o Serviço Social com todo o seu embasamento teórico-metodológico, técnico operativo e ético-político, a pesquisa tem sua relevância focada na análise crítica, social, investigativa e política acerca do SUAS no município referenciado.

Ressalta-se que este estudo possibilitou e proporcionou várias oportunidades de conhecimento e compreensão da atual realidade social do município, esta está calcada em direitos e deveres em meio as legislações estabelecidas pela Política de Assistência Social.

2- CAMINHO HISTÓRICO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

2.1- O fortalecimento da Política de Assistência Social após a Constituição Federal de 1988

A Assistência Social é uma política pública não contributiva, dever do Estado e direito de todo cidadão que dela necessitar de acordo com a Constituição Federal de 1988, sendo ela a fornecedora das diretrizes para a gestão das políticas públicas. Em seu Art. 194 nos diz que: “A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da Sociedade destinado a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social”. (BRASIL, 2011. p. 70).

Existem vários artigos da Constituição Federal de 1988 que são destinados à Seguridade Social, Previdência Social e Assistência Social: Ex: art. 193 a 204.

Não sendo o bastante a Constituição Federal de 1988 que tem em suas leis a favorização para a Seguridade Social, fez-se necessário a criação de uma lei específica para a Assistência Social, que foi construída com base em lutas sociais para criação da Lei Orgânica da Assistência (LOAS), no contexto do sistema capitalista que visa o lucro, onde as pessoas são reconhecidas por sua força de trabalho, não tendo importância os indivíduos que produzem para o capital, não conseguindo se manterem individualmente sem a intervenção das entidades de caridade ou assistenciais para poder reproduzir-se e viver em sociedade.

A LOAS tem seu início datado de 1989, quando o Congresso Nacional deveria ter votado em um conjunto de leis para regulamentar a seguridade social.

Nesse mesmo período houve vários eventos realizados com o objetivo de conseguir apoio político para a criação da Lei Orgânica. Foi apresentado o Projeto de Lei nº. 3099/89, mas o Presidente da República deste período Fernando Collor de Melo reprovou a Lei Orgânica da Assistência Social em seu texto original.

Em 1991, foi realizado o 1º Seminário Nacional de Assistência Social, que ocorreu em Brasília, pela iniciativa de diferentes entidades da categoria profissional de assistentes sociais surgindo assim a partir deste Seminário uma Comissão pró-LOAS.

Mas somente em 1993 é que houve um posicionamento do Poder Executivo, com a parceria entre o Ministério do Bem-Estar Social juntamente com entidades como a Legião Brasileira de Assistência (LBA), o Serviço Social do Comércio (SESC) e o Serviço Social da Indústria (SESI), que promoveram encontros regionais para a discussão da LOAS. Com esses encontros por todo país foi realizada a Conferência Nacional de Assistência Social. Sendo então, em 7 de dezembro de 1993 a LOAS foi sancionada pelo então presidente Itamar Franco.

Em 1995 é criado o Programa Comunidade Solidária que visava à interação entre o Estado e a Sociedade civil, tendo como beneficiários a população para assim proporcionar um melhor diálogo entre todos, composto por ministros do Estado, que incluía as áreas de Saúde, Educação, Trabalho e Casa Civil.

O que se esperava da Comunidade Solidária era uma articulação entre as políticas de combate à fome e a miséria, tentando acabar com as políticas assistencialistas anteriores, deixando de ser uma política apenas voltada para a assistência, mas também que fosse para a educação, saúde, saneamento, entre outras.

A real intenção era de abafar as mobilizações dos movimentos da classe trabalhadora, fazendo crer que ocorreria uma interligação entre o Estado e a sociedade civil, e nada mais era que a continuação de um sistema assistencialista para a população mais necessitada.

Dentre os programas existentes do Conselho da Comunidade Solidária são citados: Capacitação Solidária, Alfabetização Solidária, Universidade Solidária, Artesanato Solidário, Rede Jovem, Fortalecimento da Sociedade Civil, Diálogo Público, todos voltados para a melhoria da sociedade brasileira. É importante ressaltar que mesmo com a LOAS estando aprovada, o então Presidente Fernando Henrique Cardoso deu preferência as parcerias privadas por meio de ONG's, reforçando dessa forma o contexto Neoliberal de ter na sua formação as privatizações.

Apenas em 2004 é que foi aprovada A Política Nacional de Assistência Social em setembro do mesmo ano pelo Conselho Nacional de Assistência Social tendo entre seus objetivos:

Prover serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social básica e, ou, especial para famílias, indivíduos e grupos que deles necessitem; contribuir com a inclusão e equidade dos usuários e grupos específicos, ampliando o acesso aos bens e serviços socioassistenciais básicos especiais, em áreas urbana e rural; Assegurar que as ações no âmbito da assistência social tenham centralidade na família, e que garantam a convivência familiar e comunitária. (PNAS, 2004. p. 27).

A PNAS foi aprovada pelo Conselho Nacional de Assistência Social, de forma a se solidificar com as políticas setoriais, visando à garantia dos mínimos sociais, tendo como objetivos promover serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social básica a quem dela necessitar.

Além desta Política não se deve deixar de mencionar a NOB/2005 (Norma Operacional Básica) que dá status de ordem à gestão da política de assistência social em todo território brasileiro, tendo por princípios: a matricialidade sociofamiliar, territorialização, a proteção pró-ativa, integração à seguridade social, integração às políticas sociais e econômicas. O princípio de integração às políticas sociais e econômicas refere-se à dinâmica e à gestão da Assistência Social, na medida em que grande parte das vulnerabilidades e dos riscos se concentra no âmbito social e no econômico, o que exige ações intersetoriais e de integração territorial. (NOB/SUAS, 2005. p. 90,91).

A NOB-RH/SUAS (Norma Operacional de Recursos Humanos) aprovada em 2005, faz surgir uma reestruturação e requalificação do setor público brasileiro, tendo como princípios primordiais, estabelecer parâmetros gerais para a gestão do trabalho a ser implementado na área da Assistência Social, fazendo com que todos os trabalhadores, gestão, executores de serviços e programas se articulem entre si. (NOB/SUAS, 2005).

O Sistema Único de Assistência Social (SUAS) é um modelo descentralizado e participativo, regularizado e organizado por todo Brasil. Tem eixos estruturantes, também como princípios organizativos:

Direção da universalidade do sistema por meio de fixação de níveis básicos de cobertura de benefícios, serviço, programas, projetos e ações de Assistência Social de provisão partilhada entre os entes federativos; garantia de acesso aos direitos socioassistenciais a todos os que deles necessitarem; articulação de cobertura com as demais políticas sociais e econômicas, em especial as de Seguridade Social, entre outros. O SUAS torna real o conteúdo existente na LOAS, tratando-se da universalização da proteção social, essenciais à execução da política de assistência social que possibilita a normatização de padrões nos serviços, qualidade no atendimento. (NOB/SUAS, 2005. p. 87).

As Normas Operacionais Básicas (NOBs) editadas em 1997 e 1998 garantiam a eficiência da descentralização da assistência social e as atribuições dos Conselhos de Assistência Social.

A Norma Operacional Básica da Assistência Social de 1998 ampliou a regulação da Política Nacional e o projeto de reforma da Assistência Social, conceituando e definindo estratégias, princípios e diretrizes básicas, a implantação do SUAS visa um processo de respeito as diferenças de cada nível hierárquico entre si na federação.

A IV Conferência Nacional de Assistência Social, que foi realizada em dezembro de 2003, aprovou uma nova política para o reordenamento da gestão das ações descentralizadas e participativas de Assistência Social, deliberando pela implantação do SUAS, modelo de gestão para todo território nacional, instituído pela LOAS.

Ainda é preciso ressaltar o que fez o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Em sua gestão, ele fez com que houvesse uma maior preocupação com a área social, possibilitando a

inclusão das camadas mais baixas da sociedade. Elas passaram a ter o direito a obtenção de recursos financeiros antes nunca palpáveis, fazendo a economia do país crescer, recuperando a dignidade da população de baixa renda. ¹

Em 2011, a Resolução nº 109 do CNAS aprova a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, organizando os níveis de complexidade, entre Serviços de Proteção Social Básica, Serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade e Serviços de Proteção Social de Alta Complexidade, fazendo com que os gestores assumam um compromisso com o usuário conforme suas necessidades e a situação de vulnerabilidade e risco que se encontram.

Com a lei nº. 12.435/2011, conhecida como a Lei do SUAS, foi regulamentado o SUAS, que transformou a proteção social em política do Estado, deixando nítida a responsabilidade de municípios, estados e governo federal abrangendo o grupo familiar e mudando o conceito de deficiência dando concessão, a idosos, e pessoas com necessidades especiais, desde que tenham requisitos e condicionalidades para tal fim.

O SUAS torna-se uma rede de centros de atendimento e apoio às pessoas e altera a LOAS no que se refere ao conceito de família que possui o direito de receber benefícios assistenciais. Altera-se a redação da LOAS em que a família é composta pelo requerente, o cônjuge ou companheiro, os pais e, na ausência de um deles, a madrasta ou o padrasto, os irmãos solteiros, os filhos e enteados solteiros e os menores tutelados, desde que vivam sobre o mesmo teto.”

¹ Sendo estas pessoas socialmente vulneráveis, tendo seus direitos negados pelo capitalismo vigente.

2.2- Marco legal da Política de Assistência Social

Quando fala-se sobre a Assistência Social, não se pode deixar de ser mencionada o intermédio da Igreja Católica em seu histórico, pois foi com ela que começaram os primeiros passos do Serviço Social brasileiro.

Segundo Iamamoto (2007), na década de 1930 a implementação do Serviço Social no Brasil foi através da acumulação capitalista, e uma grande pressão por parte do proletariado que fazia manifestações por melhores condições de vida, sendo que ainda a “questão social” era considerada como desvio individual e não da sociedade como um todo, Foi nesse âmbito que o Serviço Social atuou como caritativo, por muitas vezes não se identificando como profissão, mas ainda atrelada aos fazeres da Igreja Católica.

Em 1932 surge o Centro de Estudos e Ação Social de São Paulo (CEAS), que oferecia um Curso Intensivo de Formação Social para Moças, com o objetivo de promover a formação de seus membros pelo estudo da doutrina social da Igreja, sendo que as atividades do CEAS se voltam para a formação técnica especializada em ação social. No ano de 1935 é criada uma Lei nº 2.497, de 24.12.1935 que institui o Departamento de Assistência Social do Estado, passando posteriormente a ser chamado de Departamento de Serviço Social.

Tem-se como primeira medida legal a criação do Conselho Nacional de Serviço Social (CNSS) em 1938, que tinha como objetivo centralizar e organizar as obras assistenciais que eram públicas e privadas, estudando os problemas do Serviço Social (Iamamoto,2007.p.249-250).

Em 1947 há um avanço significativo para o Serviço Social, pois ocorre o I Congresso Brasileiro de Serviço Social e no mesmo ano foi aprovada o 1º Código de Ética Profissional da categoria, uma grande conquista. Em 1957, outro ganho para a categoria a profissão ganha sua regulamentação que data do dia 27 de agosto de 1957 com a Lei nº 3.252.

Em todos esses anos desde que o Serviço Social se institucionou no Brasil houve vários acontecimentos importantes até ele ser definido como profissão estruturada, ganhando seus equipamentos e seu arsenal teórico-metodológico, técnico-operativo e ético político.

É válido destacar que na LOAS, são reconhecidos os direitos da população aos serviços, benefícios, programas e projetos para o enfrentamento da exclusão social, buscando incorporar as demandas presentes da sociedade na política de efetivação da Assistência Social como direito de cidadania e dever do Estado. Em seu Art. 4º são regidos os seguintes princípios:

- I - supremacia do atendimento às necessidades sociais sobre as exigências de rentabilidade econômica;
- II - universalização dos direitos sociais, a fim de tornar o destinatário da ação assistencial alcançável pelas demais políticas públicas;
- III - respeito à dignidade do cidadão, à sua autonomia e ao seu direito a benefícios e serviços de qualidade, bem como à convivência familiar e comunitária, vedando-se qualquer comprovação vexatória de necessidade;
- IV - igualdade de direitos no acesso ao atendimento, sem discriminação de qualquer natureza, garantindo-se equivalência às populações urbanas e rurais;
- V - divulgação ampla dos benefícios, serviços, programas e projetos assistenciais, bem como dos recursos oferecidos pelo Poder Público e dos critérios para sua concessão. (PNAS, 2004. p. 26)

Para a implementação do SUAS, ainda é preciso descentralizar, financiar e ter um maior controle social. Quanto à gestão do trabalho da Assistência Social houve a necessidade de uma nova NOB-RH/SUAS (Norma Operacional de Recursos Humanos), onde faz surgir

uma reestruturação e requalificação do Setor público brasileiro, tendo como princípios primordiais, estabelecer parâmetros gerais para a gestão do trabalho a ser implementada na área da Assistência Social, fazendo com que todos os trabalhadores, gestão, executores de serviços, programas se articulem entre si. É válido destacar que com a aprovação da resolução nº 17/2011 do CNAS o SUAS passou a ser definido o assistente social como o profissional capaz de realizar suas intervenções na política de assistência social.

2.3- Os Direitos Socioassistenciais

De acordo com a PNAS a Assistência Social é direito do cidadão e obrigação e responsabilidade do Estado (PNAS,2004). Nessa perspectiva a sociedade brasileira como um todo tem direito a usufruir dos mesmos até porque são garantidos nas legislações sociais das políticas públicas: garantia de acesso à saúde de boa qualidade, à educação, a alimentação, à moradia digna, à previdência social, direitos específicos para os idosos, garantidos no Estatuto dos Idosos, das Crianças e Adolescentes, garantidos no ECA, das leis específicas das Pessoas com Deficiência, dos Indígenas, das Mulheres, das Pessoas em situação de Rua, dos Negros e dos grupos étnicos excluído. Os mesmos são garantidos na Constituição Federal de 1988 e regulamentados em leis específicas.

Assim, foram criados coletivamente por todos os trabalhadores da área da Assistência social e usuários os Direitos socioassistenciais, resumidos em 10, na VI Conferência Nacional de Assistência Social realizada em Brasília, ressaltando dessa forma

que os direitos são amplos a toda a população que deles necessitem, os mesmos se apresentam dessa forma segundo o Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS, 2005):

1. Todos os direitos de proteção social de assistência social consagrados em Lei para todos: Direito, de todos e todas, de usufruírem dos direitos assegurados pelo ordenamento jurídico brasileiro à proteção social não contributiva de assistência social efetiva com dignidade e respeito. Assim todo cidadão é assegurado de seus direitos, já que o Estado o garante, sendo a assistência social um direito de todos sem contribuição prévia, portanto necessária, onde a mesma é política de proteção social.

2. Direito de equidade rural-urbana na proteção social não contributiva: Direito, do cidadão e cidadã, de acesso às proteções básica e especial da política de assistência social, operadas de modo articulado para garantir completude de atenção nos meios rural e urbano. Dessa forma os direitos mencionados acima para o cidadão que mora na área rural e urbana são conduzidos através do Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) e Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), respectivamente as proteções básicas e especiais, na qual o primeiro atua com famílias e indivíduos, executando proteções básicas sociais e o segundo trabalha no combate a violação dos direitos as famílias e indivíduos.

3. Direito de equidade social e de manifestação pública: Direito, do cidadão e da cidadã, de manifestar-se, exercer protagonismo e controle social na política de assistência social, sem sofrer discriminações, restrições ou atitudes vexatórias derivadas do nível pessoal de instrução formal, etnia, raça, cultura, credo, idade, gênero e limitações pessoais. Toda a sociedade tem o direito de se manifestar publicamente no que diz respeito à política de assistência social, na qual o controle exercido pela sociedade se efetiva no planejamento, acompanhamento,

monitoramento e avaliação das ações da gestão pública como também na execução das políticas e programas públicos da assistência social.

4. Direito à igualdade do cidadão e cidadã de acesso à rede socioassistencial: Direito à igualdade e completude de acesso nas atenções da rede socioassistencial, direta e conveniada, sem discriminação ou tutela, com oportunidades para a construção da autonomia pessoal dentro das possibilidades e limites de cada um. As redes socioassistenciais se integram com a sociedade para dispor a todos benefícios, serviços, programas e projetos, por meio das proteções básicas e especiais.

5. Direito do usuário à acessibilidade, qualidade e continuidade: Direito, do usuário e usuária, da rede socioassistencial, à escuta, ao acolhimento e de ser protagonista na construção de respostas dignas, claras e elucidativas, ofertadas por serviços de ação continuada, localizados próximos à sua moradia, operados por profissionais qualificados, capacitados e permanentes, em espaços com infra-estrutura adequada e acessibilidade, que garantam atendimento privativo, inclusive, para os usuários com deficiência e idosos. O cidadão assim tem o direito a rede socioassistencial, de forma contínua, com disponibilidades de profissionais capacitados para dar apoio e atendimento a idosos e deficientes.

6. Direito em ter garantida a convivência familiar, comunitária e social: Direito, do usuário e usuária, em todas as etapas do ciclo da vida a ter valorizada a possibilidade de se manter sob convívio familiar, quer seja na família biológica ou construída, e à precedência do convívio social e comunitário às soluções institucionalizadas. Assim é de direito do cidadão conviver no seu seio familiar, assim como ter uma convivência comunitária e social, direitos esses preconizados na Constituição Federal.

7. Direito à Proteção Social por meio de outras políticas públicas, para que alcancem moradia digna trabalho, cuidados de saúde, acesso à educação, à cultura, ao esporte e lazer, à segurança alimentar, à segurança pública, à preservação do meio ambiente, à infraestrutura urbana e rural, ao crédito bancário, à documentação civil e ao desenvolvimento sustentável. É por meio da intersetorialidade que se afirmam as articulações de várias políticas a fim de proporcionar a população serviços e uma melhor qualidade de vida ao cidadão no acesso aos seus direitos.

8. Direito à renda: Direito, do cidadão e cidadã e do povo indígena, à renda individual e familiar, assegurada através de programas e projetos intersetoriais de inclusão produtiva, associativismo e cooperativismo, que assegurem a inserção ou reinserção no mercado de trabalho, nos meios urbano e rural. Os direitos citados acima dizem respeito à renda quando o cidadão tem o direito de ter à mesma tanto de forma individual como familiar, através de projetos e programas de forma associativa e cooperativa dentro do mercado de trabalho.

9. Direito ao co-financiamento da proteção social não contributiva: Direito, do usuário e usuária, da rede socioassistencial a ter garantido o cofinanciamento estatal – federal, estadual, municipal e Distrito Federal – para operação integral, profissional, contínua e sistêmica da rede socioassistencial nos meios urbano e rural. O usuário assim tem o direito de financiamento dividido entre as três esferas de governo, onde o financiamento é feito em conjunto pelas esferas.

10. Direito ao controle social e defesa dos direitos socioassistenciais: Direito, do cidadão e cidadã, a ser informado de forma pública, individual e coletiva sobre as ofertas da rede socioassistencial, seu modo de gestão e financiamento; e sobre os direitos socioassistenciais,

os modos e instâncias para defendê-los e exercer o controle social, respeitando os aspectos da individualidade humana, como a intimidade e a privacidade. Por fim, o direito ao controle social se dá através da informação pública acerca das redes socioassistenciais, levando em consideração a individualidade do cidadão.

2.4- Monitoramento da Assistência Social

O Monitoramento da Assistência Social é um requisito indispensável para se fazer valer a Política Nacional de Assistência Social bem como a consolidação do Sistema Único de Assistência Social, na qual perpassa três entes da federação. Segundo a Lei Orgânica de Assistência Social, a mesma determina que a Assistência Social seja organizada em um sistema descentralizado e participativo, composto pelo poder público e pela sociedade civil.

A partir das decisões da I Conferência Nacional de Assistência Social de 1995 e a IV Conferência Nacional de 2003, ficou definido assim o monitoramento de um sistema de informações que visem à eficiência das ações previstas e corroboradas nos Planos de Assistência Social, assim como a transparência, o acompanhamento, a avaliação da formulação do sistema e a realização de possíveis estudos, pesquisas e diagnósticos pertinentes à contribuição da formulação da política nas três esferas do governo como ressalta a Política Nacional de Assistência Social.

O Ministério de Desenvolvimento (MDS), os estados e municípios se articulam para assim promoverem o Monitoramento do SUAS segundo a PNAS(2004), já que o mesmo é desenvolvido por meio de um processo de coleta e análise de informações, compondo assim o Censo SUAS que é fundamental importância na clareza dos serviços de Assistência Social no Brasil, até porque há uma necessidade de implantação de sistemáticas de monitoramento, voltadas aos instrumentos de planejamento institucional, favorecendo assim a participação, o controle e a gestão otimizada.

Para que o monitoramento seja realizado no que tange a Gestão compartilhada do Sistema, os municípios que possuem os Centros de Referência da Assistência Social (CRAS); e os Centros de Referência Especializada da Assistência Social (CREAS), obrigatoriamente respondem aos Censos SUAS.

O Monitoramento se concretiza de forma articulada com o trabalho de avaliação, ajudando em processos onde os indicadores indiquem a necessidade de análises bem mais aprofundadas sobre o mesmo. Essas atividades de monitoramento e avaliação atingem diretamente na elaboração e no aprimoramento das ações e programas e no cumprimento de metas.

A construção de modelos lógicos e de fluxogramas das atividades são elementos que distinguem, uma vez que mostram claramente os passos necessários para a execução das ações, com dados sobre recursos financeiros e atividades planejadas. As informações obtidas através do processo de monitoramento do MDS subsidiam, a interação entre gestores federais, estaduais e municipais vinculados ao Ministério.

A política de Assistência Social perpassa por um processo histórico que deve ser analisado por um ângulo que detalha e exprime a questão social no Brasil, resultando em debates, conflitos e conquistas, na busca incessante da melhoria dos serviços ofertados pelo SUAS.

3- O SERVIÇO SOCIAL E A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

3.1- Processo Histórico do Serviço Social frente à política de Assistência Social

Para entender a origem dessa profissão, seu significado na história, é preciso traçar um breve panorama econômico, político e social.

Entende-se que sendo uma profissão que emerge na dinâmica do capitalismo faz-se imprescindível compreender a implantação do Serviço Social, fruto do agravamento da questão social, do acirramento das contradições entre capital e trabalho.

Desta realidade pode-se destacar a ausência ou precariedade das políticas públicas associados ao domínio do latifúndio, que dentre outras questões provocaram a saída de imensa massa de camponeses expropriados da terra e dos meios de produção. Certamente após um longo processo, formou-se um exército de trabalhadores que vieram fortalecer o mercado capitalista. (IAMAMOTO E CARVALHO, 2009. a).

Durante o ano de 1930, nasce o Serviço Social no Brasil, mais precisamente em 1936, quando então foi fundado em São Paulo o CEAS (Centro de Estudos e Ação Social). Então, desta forma fica claro que a nascente polaridade da urbanização e industrialização, está fincada no agravamento da questão social, entre as décadas de 1920 e 1930.

Segundo Netto (1992), ao elaborar uma análise teórico-sistemática da expansão monopolista, da questão social e do Serviço Social no seu âmbito. Desta forma o autor sustenta que as conexões genéticas do Serviço Social se dão com as peculiaridades da questão social na sociedade burguesa madura, fundada na ordem monopólica, o que no Brasil, atinge sua maturidade após 1964.

O Serviço Social se desenvolveu depois da segunda guerra mundial, no período de grande economia capitalista sob o comando dos grupos internacional e capital financeiro que eram associados a eles. É nesse campo histórico que se institucionaliza e que se desenvolveu a profissão de Serviço Social no Brasil.

Porém as leis sociais só começaram a existir quando os movimentos operários começaram a fazer manifestações na busca de melhorias para as condições de trabalho, contra a exploração do trabalho da mulher e da criança, desta forma obrigando o Estado e a Igreja Católica a tomar uma posição. As práticas sociais eram desenvolvidas de forma assistencialista pelas damas de caridade junto a Igreja e por seus voluntários, elas faziam caridade fazendo doação de alimentos e objetos pessoais.

A partir de 1937 surge à implantação do Estado Novo, na era de Getúlio Vargas, com o surgimento das grandes fábricas. Então os trabalhadores rurais passam a morar nas grandes cidades, com condições de vida subumanas, até mesmo no trabalho, com a implantação de máquinas onde os funcionários não eram treinados para o manuseio, muitos trabalhadores foram mutilados e enterrados nos fundos das fábricas. (MARTINELLI,1993) afirma que:

Transitando contraditoriamente entre as demandas do capital e trabalho, e operando sempre como que a identidade que lhe fora atribuída pelo capitalismo, o Serviço Social teve roubadas as possibilidades de construir formas peculiares e autênticas de prática social, expressando-se sempre como um modo de aparecer típico do capitalismo, em sua fase industrial.”(IDEM,1997:P.67).

A implantação do Serviço Social parte de toda essa conjuntura, não da iniciativa do Estado e sim da manifestação dessa nova classe social, insatisfeita com a falta de qualidade na vida e no trabalho. Tais manifestações ganham destaques durante o contexto histórico de pré e pós- primeira guerra mundial.

Quando se fala sobre a Assistência Social, não se pode deixar de ser mencionada a Legião Brasileira de Assistência (LBA). Com a participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial, no início da década de 1940, através da Força Expedicionária Brasileira – FEB vai servir de pretexto para que o Estado institucionalize os serviços sociais. Como a criação da LBA, fundada em 28 de agosto de 1942, tem como o objetivo prover as necessidades das famílias, cujos maridos haviam ido para a segunda guerra mundial. Quando a guerra acabou tornou-se um órgão de assistência as famílias que necessitavam de ajuda, além do Serviço Social da Indústria (SESI), que se preocupava com o bem estar dos trabalhadores. (TORRES, 2002. p. 85).

Durante o período, várias instituições deram sustentação à profissão. O Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial-SENAI, que surgiu pela necessidade de formação da mão de obra, pois se acreditava que apenas com a formação de mão de obra profissional, que o país se desenvolveria industrialmente. A preocupação não era apenas com os encargos mais também com a organização das empresas, investindo em cursos a busca por parcerias com o Ministério da Educação e do Trabalho, expandiu-se a Assistência nas empresas, rendendo um

grande campo ocupacional para assistentes Sociais. (IAMAMOTO E CARVALHO, 2007 p.253).

Em 1946 surgiu o Serviço Social da Indústria (SESI) com o pós-guerra e o fim da ditadura do Estado Novo de Getulio Vargas, não só o Brasil o mundo também buscava a Paz. O SESI foi umas das instituições privadas que mais prestava assistência social com recursos próprios desenvolvendo ações, já mencionando a classe trabalhadora.

Em 1946 surge a fundação Leão XIII oficializando pela Presidência da Republica através do Presidente Gaspar Dutra, primeiro Presidente eleito pelo povo, que pregava a democracia e a liberdade. Essa fundação atuava junto aos moradores das favelas que com o processo de industrialização se concentrou nos grandes centros urbanos. Essa fundação era de responsabilidade do Serviço Social atuar em todas as demandas que não fossem do campo médico, tanto em casos individuais como em realizações de matrículas, triagem, seleção e orientação dos tratamentos necessários a cada usuário.

A área da Previdência Social destacou-se com um dos setores na mediação, entre a lei e a execução da mesma, unindo o trabalhador à concessão de seus direitos. 'O Serviço Social na previdência social deve ser um elo que irá unir e possibilitar, o exercício á prática administrativa da lei. '(IAMAMOTO E CARVALHO,1995:P.306).

Além de interagir juntamente com os usuários, através de entrevistas, podendo passar informações ou receber informações, sejam elas econômicas ou profissionais e no caso de morte de algum assegurado o conforto moral a família, distribuição de alimentos, e fiscalização a situação civil dos assegurados como endividamento.

Diante do quadro profissional do Assistente Social surge a necessidade de um projeto profissional que dê oportunidade de transformação para romper com o conservadorismo. Assim conforme Netto (1995), o Assistente Social se modernizou aperfeiçoando suas técnicas de caso, grupo e comunidade para alinhar ao modelo desenvolvimentista capitalista, e assim dar respostas a reprodução do capital.

3.2-Projeto Ético-Político Profissional

A construção e desenvolvimento do Projeto Ético-Político profissional surge, sobretudo através da ruptura com o Serviço Social conservador, ressaltando suas propostas, ações e perspectivas, em meio ao Código de ética do Assistente Social de 1993 que vigora até os dias de hoje, evidencia-se, portanto o real compromisso do Serviço Social enquanto profissão com a ética e as propostas do profissional.

Os debates, discussões que tratam do Projeto Ético-Político do Serviço Social é atual já que a mesma data do século XX. Levando-se em consideração que o processo de consolidação do Projeto Ético-Político acontece na década de 70 e 80, enfrentando a denúncia do conservadorismo profissional, é diante deste processo que se vem à ideia de um projeto ético-político.

Segundo Netto (1993) “o projeto profissional de ruptura condensa três fases, a primeira retrata o período e as condições de sua emergência; a segunda se traduz na maturidade intelectual e teórica da profissão dentro do espaço estritamente acadêmico; e a

terceira começa por volta de 1982-83 e manifesta-se no espraiamento do projeto de ruptura para as diferentes instâncias da vida profissional, sem, entretanto, deixar de cometer alguns equívocos, mais precisamente no campo da ética profissional”.

Alguns dos equívocos citados anteriormente nos anos 90 foram de total superação dos mesmos, já que se referiam à articulação de uma definida direção social estratégica e à ética, assim nessa mesma conjuntura o Serviço Social articulava-se numa direção social voltada para o projeto profissional de ruptura, em meio ao sentido teórico-metodológico, respingando na formação profissional.

O projeto ético-político profissional para se consolidar e materializar-se baseia-se em algumas legislações para assim romper com o conservadorismo já que o mesmo é fruto de um processo de lutas. Assim entrem elas cita-se as legislações: O Código de ética de 1993; Lei de Regulamentação da profissão de 1993; Diretrizes curriculares do Serviço social de 1993; Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA); e as Leis : Lei Orgânica da Assistência Social de 1993 e a Lei Orgânica da saúde de 1990.

Para se entender o que de fato é o Projeto Ético-Político Profissional do Serviço Social, é necessário que se entenda o que é um projeto profissional, ao qual o primeiro está inserido, com objetivos, valores e determinadas funções, sendo os valores de natureza ética que legitimam a finalidade dos projetos profissionais. Assim, foram esses preceitos que fez com que nos anos 90 se consolidassem o Projeto profissional do Serviço Social e chamasse de Projeto ético-político profissional. Os projetos profissionais se vinculam aos projetos societários que se sustentam na formação e exercício profissional focando na realidade.

Como afirma Netto, (1999) a estrutura básica do novo projeto profissional do Serviço social aqui no Brasil vem de forma básica, fazendo com que o projeto esteja em desdobramento com caráter aberto, na qual o próprio caráter aberto se dá nas discussões sobre a formação profissional.

Nota-se ainda segundo Netto (1999), que os projetos profissionais visam à liberdade, tendo compromisso com a autonomia, e emancipação e a plena expansão dos indivíduos sociais, sem contudo ter nenhuma forma de exploração, opressão, alienação e dominação de classe, objetivando a equidade, diversidade, a justiça social e democracia, propondo também a universalidade dos direitos sociais, civis e políticos. Essa universalização dos direitos é compreendida através dos acessos a bens e a serviços relacionados às políticas e programas sociais.

É nessa perspectiva que o Assistente Social necessita de uma boa formação intelectual e profissional embasada numa formação acadêmica qualificada com aquisição de conhecimento, capacidades e atitudes, até porque assim, proporcionará uma análise da realidade social de acordo com seu caráter investigativo típico da profissão do Serviço Social.

Assim Netto, (1999) ressalta ainda que: “Do ponto de vista estritamente profissional, o projeto implica o compromisso com a competência, que só pode ter como base o aperfeiçoamento intelectual do assistente social. Daí a ênfase numa formação acadêmica qualificada, fundada em concepções teórico – metodológicas críticas e sólidas capazes de viabilizar uma análise concreta da realidade social, formação que deve abrir via a preocupação com a (auto) formação permanente e estimular uma constante preocupação investigativa.”

Assim, para a categoria profissional dos assistentes sociais, a defesa dos direitos dos indivíduos reatualiza um princípio fundamental: o da “ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda a sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis, políticos e sociais das classes trabalhadoras” (CFESS, 1993).

Os projetos dão prioridade, sobretudo, a uma nova relação oferecida pelos assistentes sociais para com os usuários no que diz respeito ao acesso aos serviços, até porque fica como responsabilidade do profissional a qualidade dos serviços, e a divulgação dos recursos institucionais, devendo haver assim, uma articulação de vários profissionais a fim de compartilharem suas propostas, já que o Estado minimiza os seus provimentos para com o cidadão.

3.3- O Serviço Social na Assistência Social

O Serviço Social na Assistência Social, ainda é visto como assistencialista, imediatista, pois seus usuários ainda vêm como uma ajuda emergencial que acaba no instante em que é resolvida a situação. Mas não é esse o caminho que o Serviço Social faz, pois ele segue as leis de regulamentação da profissão, Lei nº 8.662/93 que norteiam a profissão. Nela está quais as competências do Assistente Social e suas atribuições privativas.

Há também a Lei nº 8.742/93 a LOAS que cria uma nova matriz para a Política de Assistência Social, inserindo-a no sistema do bem-estar social brasileiro concebido como

campo da Seguridade Social, configurando o triângulo juntamente com a Saúde e a Previdência (PNAS. 2004.p.31).

Ao longo dos anos houve avanços significativos em relação às Políticas de Assistência Social, com a Resolução nº145/2004, a PNAS tem como princípios, diretrizes e objetivos, consonantes com a LOAS.

Com a implantação do SUAS e sua Norma Operacional Básica que veio para descentralizar e tornar participativo a gestão na áreas da Assistência Social, ampliando assim a regulação da Política Nacional de 1988 e seu projeto de reforma no âmbito da Assistência Social, de acordo com as concepções norteadoras que definiram as diretrizes básicas para sua execução.

Sendo assim, houve uma grande diferença entre ser assistencialista e seguir as normas operacionais, tanto da LOAS, PNAS, SUAS, NOB/RH, fazendo com que o usuário perceba que a ação desenvolvida pelo Assistente Social não é apenas momentânea, mas sim visa o acompanhamento da comunidade em que o usuário está inserido. Sabe-se que o desvincular o assistencialismo da prática do Serviço Social ainda é um caminho árduo, pois carrega-se a imagem de ser bonzinho e caridoso, e também está atrelada ao fato de que em seu começo o Serviço Social estava vinculado a Igreja Católica, em uma época que existia a transição do capitalismo, e era o detentor do poder, sendo que o Serviço Social estava exercendo um controle social dos cidadãos e não para eles.

Nos dias atuais é difícil desvincular essa ajuda emergencial, por toda a historicidade que é carregada com a profissão. Pois, sabe-se que o Serviço Social é uma

profissão interventiva, que através de pesquisas, análises da realidade social buscam a justiça social, a defesa dos direitos dos cidadãos, garantindo os direitos da população desamparada.

4- O SUAS EM SERGIPE E NO MUNICÍPIO DE PROPRIÁ/SE

4.1- O SUAS em Sergipe

O SUAS em Sergipe é implementado através da Secretaria de Estado da Inclusão e do Desenvolvimento Social (SEIDES), com a intenção de erradicar a pobreza e as mazelas sociais causadas. Desta forma é necessário aprimorar os instrumentais e métodos científicos para conhecer a população, e com isso planejar, executar políticas públicas voltadas ao desenvolvimento social, econômico e cultural. (SEIDES, 2012).

Com o Plano Brasil Sem Miséria elaborado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e do Combate à Fome (MDS), tendo três eixos coordenadores: transferência de renda; acesso a serviços públicos e inclusão produtiva, o governo de Sergipe promoveu um alinhamento estratégico com o governo federal, e no planejamento do ciclo atual, definiu dentro de sua missão a erradicação da extrema pobreza.

O SEIDES é responsável pela coordenação e execução da Política Estadual de Assistência Social, em conformidade com o SUAS, sendo a política de Assistência Social descentralizada e compartilhada entre os três entes federativos: União, Estados e Municípios, sendo de atribuição do Estado: Divulgar e disseminar a legislação vigente sobre Assistência Social: LOAS; ECA; PNAS; NOB/SUAS; NOB/RH; MDS; Promover reuniões e capacitações para gestores, técnicos e conselheiros sobre as normativas do CNAS, PNAS e SUAS; Participar de capacitações realizadas pelo Governo Federal; Participar das reuniões e

assessorar a Comissão Intergestores Bipartite (CIB); Consultar e alimentar os Sistemas Informatizados da Rede SUAS; Apoiar a realização das Conferências Municipais e Estadual de Assistência Social (Política Estadual da Assistência Social). (SEIDES,2012)

Dentro dos programas e projetos oferecidos pelo governo existem:

1. **-Programa Bolsa Família:** É um programa de transferência direta de renda que beneficia famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza, sendo que este programa atende a mais de 256.511 mil famílias no estado de Sergipe. Os valores dos benefícios pagos variam entre R\$32,00 a R\$306,00, considerando renda mensal da família por pessoa, do número de crianças e de adolescentes de até 17 anos e do número de gestantes e nutrizes componentes da família.
2. **Programas de Capacitação:** O Governo Federal e o governo do Estado têm a responsabilidade direta na implementação da política de formação técnica e profissional permanente de agentes públicos e sociais, por isso são feitos cursos de capacitação presenciais ou à distância, oficinas, Workshop, seminários, conferências, etc.
3. **O Cadastro Único:** é um instrumento que identifica e caracteriza as famílias com renda mensal de até meio salário mínimo por pessoa ou de três salários mínimos no total, o CadÚnico é regulamentado pelo decreto de lei nº6.135/07 e coordenado pelo MDS.
4. **Paternidade Responsável:** A Secretaria de Estado da Inclusão, SEIDES e o Ministério Público de Sergipe renovaram o termo de cooperação técnica e financeira

para a continuidade do Projeto “Paternidade Responsável”, que promove e garante os direitos das crianças e adolescentes de Sergipe. O projeto custeia a realização de exames de DNA para proporcionar às crianças e aos adolescentes o reconhecimento formal da paternidade e assim, o direito de receber pensão alimentícia, até dezembro de 2011 o projeto já havia alcançado a marca de mais de 1,3 mil exames, numa média de 80 audiências mensais para reconhecimentos de paternidade.

5. Os **Benefícios Eventuais**: visam ao pagamento de auxílio por natalidade ou morte às famílias cuja renda mensal per capita seja inferior a $\frac{1}{4}$ (um quarto) do salário mínimo e estão regulamentados através das legislações do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

6. A **Lei do Confinamento**: O Governo de Sergipe sancionou a Lei 7.251, estabelecendo o Sistema de Transferência de Recursos de Fundo entre o Estado e os municípios sergipanos. A nova lei configura um avanço na execução da PNAS em Sergipe e fortalece o SUAS, organizando a forma de transferências de recursos financeiros do Fundo Estadual de Assistência Social (FEAS) aos Fundos Municipais de Assistência Social (FMAS), sendo cofinanciados os serviços, programas e projetos desenvolvidos pelos municípios de acordo com a PNAS em áreas como o Serviço de Proteção e Atendimento à Família, Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – PETI e ProJovem entre outros.

Nesse contexto não devem deixar de ser citadas as proteções que são:

Proteção Social Básica: é prevista na PNAS tem caráter preventivo e de inclusão social, visando prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento social, os serviços

ofertados destinam-se à população que está em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos.

Proteção Social Especial: A Proteção Social Especial oferece atendimento assistencial a famílias e indivíduos em situação de risco pessoal e social por ocorrência de abandono, maus tratos físicos e/ou psíquicos, abuso sexual, uso de substâncias psicoativas, cumprimento de medidas socioeducativas, situação de rua, situação de trabalho infantil, entre outras.

Existem ações promovidas pelo SEIDES nelas são destacadas:

Monitoramento e Avaliação: São elementos fundamentais para a consolidação da Política Estadual da Assistência Social e a implementação do SUAS em todas as instâncias de gestão governamentais: Federal, Estadual e Municipal. Essa sistemática possibilita a mensuração da eficiência e a eficácia dos serviços socioassistenciais ofertados no CRAS, CREAS, bem como proporciona uma maior transparência das ações e o exercício do controle social.

Conferência Estadual: Realizada a cada dois anos, consiste em uma reunião ampliada de representantes (trabalhadores, gestores, usuários, organismos públicos) para debater um tema referência, elaborar propostas nas Esferas Federal, Estadual e Municipal, e deliberar sobre a Política de Assistência Social executadas nos municípios e Estado, organizada pelo Conselho Estadual de Assistência Social (CEAS) e pela SEIDES.

Também existente na SEIDES a documentação:

Sistema Salve: O Sistema de Aviso Legal por Violência, Exploração ou Maus Tratos Contra a Criança e o Adolescente (SALVE) tem por objetivo manter uma ação articulada entre os profissionais e órgãos que atuam junto às Crianças e Adolescentes para que haja maior atenção sobre a importância da notificação dos casos de violação de seus direitos.

4.2- A inserção do Assistente Social nas Equipes de Referência do SUAS

Segundo a NOB/RH (2006), as equipes de referência do SUAS, são aquelas constituídas por servidores efetivos responsáveis pela oferta e a organização de serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social básica e especial, na qual leva-se em consideração o número de famílias e indivíduos que estão referenciados, o tipo de aquisições e atendimentos que são ofertados e garantidos aos usuários que utilizam a Assistência Social.

Como os serviços, programas, projetos e benefícios são divididos entre as duas Proteções, cabe evidenciar primeiramente a Proteção Social Básica que é composta pelas equipes de referência dos CRAS nos Centros de Referência de Pequeno Porte I, com até 2.500 famílias referenciadas, obrigatoriamente terão que possuir dois técnicos de nível superior, sendo eles um Assistente Social e um Psicólogo, como também dois técnicos de nível médio.

Já o de Pequeno Porte II com até 3.500 famílias referenciadas, possuindo três técnicos de nível superior, sendo dois profissionais assistentes sociais e um psicólogo, além de três técnicos de nível superior. Por último a de Médio, Grande, Metrópole e Distrito Federal com 5.000 famílias referenciadas, tendo quatro técnicos de nível superior, sendo dois profissionais assistentes sociais, um psicólogo e um profissional do SUAS, como também quatro técnicos de nível médio.

Essas equipes do CRAS, devem sempre possuir um coordenador, independente do município ao qual esteja inserido, já que o mesmo deve ter nível superior, concursado, experiência em trabalhos comunitários e gestão de programas, projetos, serviços e benefícios socioassistenciais como ressalta a NOB/RH (2006).

É válido frisar ainda que as condicionalidades apresentadas pela NOB/RH, não são de fato utilizadas no município de Propriá, até porque o mesmo possui apenas duas Assistentes Sociais concursadas, e dez contratadas, sendo que o município dispõe de dois CRAS, e apenas um deles o CRAS Dom Jose Brandão de Castro possui uma Assistente Social concursada, porém a mesma não desempenha a função de coordenadora, essa função é desempenhada por uma Assistente Social contratada pelo município, essa situação também é verificada no CRAS Santo Antônio que tem como coordenadora uma Assistente Social contratada, que não possui experiência em trabalhos comunitários, contrariando assim, as Normas Operacionais Básicas de Recursos Humanos do SUAS.

Em se tratando da Proteção Social especial, a mesma está dividida na prestação de serviços e execução das ações no âmbito da Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade, na qual a primeira é desempenhada pelo Centro de Referência Especializado

de Assistência Social (CREAS), que oferece serviços especializados a famílias e indivíduos em situação de violação dos direitos, sendo um pólo de referência, coordenador e articulador da proteção social especial de média complexidade pública.

O CREAS de acordo com a NOB/RH tem a capacidade de atendimento de cinquenta pessoas/indivíduos, devendo possuir um coordenador, um assistente social, um psicólogo, um advogado, dois profissionais de nível superior ou médio para realizar as abordagens dos usuários e um auxiliar administrativo. O CREAS do município de Propriá atende a estas condicionalidades, porém o quadro de funcionários é composto por contratados, não tendo nenhum funcionário concursado.

Na Proteção Social Especial de Alta Complexidade, vem desempenhando assim atendimentos em pequenos grupos como exemplo a Casa-Lar, que há pouco tempo foi inaugurada uma no município estudado com o objetivo de receber crianças e adolescentes, encaminhados pelo Promotor da cidade e pelo Conselho Tutelar, para permanência necessária e temporária, até reintrodução ao convívio familiar original, para colocação em família substituta via adoção. Dentro das condicionalidades da NOB/RH, esta deverá possuir um coordenador com nível superior ou médio, um cuidador de nível médio e qualificação específica e um auxiliar de cuidador com nível fundamental e qualificação específica.

A realidade da Casa-Lar de Propriá no que tange o seu quadro de funcionários se encontra dentro das normalidades das Normas operacionais Básicas, possuindo ainda um casal social que cuida das crianças e adolescentes que estão acolhidos na instituição.

No que se refere às Diretrizes para a Política Nacional de Capacitação ainda segundo a NOB/RH, a Coordenação e o Financiamento da Política Nacional de Capacitação são de Competência dos Governos Federal, Estadual e do Distrito Federal. A Capacitação dos trabalhadores da área da Assistência Social deve ser promovida com a finalidade de produzir e difundir conhecimentos que devem ser direcionados ao desenvolvimento de habilidades e capacidades técnicas e gerenciais, ao efetivo exercício do controle social e ao empoderamento dos usuários para o aprimoramento da política pública.

Assim a capacitação dos trabalhadores da Assistência Social tem por fundamento a educação permanente e deve ser feita de forma sistemática e continuada por meio da elaboração e implementação de planos anuais de capacitação. Já a capacitação no âmbito do SUAS deve destinar-se a todos os atores da área da Assistência Social, como gestores, trabalhadores, técnicos e administrativos, dos setores governamentais e não governamentais integrantes da rede socioassistencial e conselheiros. (NOB/RH, 2006)

Dessa forma, para analisar o SUAS do município de Propriá e situar as instituições que compõe as equipes de referência do SUAS é necessário entender as Proteções Sociais estabelecidas pela PNAS, por meio da Assistência Social, na qual materializa, media e intervém na realidade social analisada.

4.3- O SUAS no município de Propriá/SE

Para adentrar no SUAS em Propriá, é necessário contextualizar o município referido situando sua historicidade como meio de viabilizar um melhor entendimento da realidade estudada em meio a Política de Assistência Social ofertada pelo município.

Propriá teve suas terras doadas em 9 de abril de 1590. Depois que o filho de Cristóvão faleceu. Dona Guiomar de Melo, a viúva, repassou as terras a seu genro, Pedro Abreu de Lima. Este, depois da morte da mulher, cedeu terras aos jesuítas, aos carmelitas e aos filhos Pedro Gomes de Abreu Filho, este o mais velho, foi morar numa região mais baixa do morro, Ela se transformou numa povoação e ficou sendo conhecida como Urubu de Baixo. Por conta do rio, das várzeas férteis e da proximidade com a vila de São Francisco, hoje Penedo/AL, Urubu de Baixo se desenvolveu assustadoramente.

Graças ao Rio São Francisco, a freguesia se tornou um grande pólo de desenvolvimento do Norte. Em 1º de agosto de 1800, Antônio Pereira de Magalhães e Paços, ouvidor geral e corregedor da Comarca de Sergipe Del Rei, apresentou um pedido ao capitão-general e governador da Bahia, Dom Fernando José Portugal, para que transformasse a freguesia em vila. Em 5 de setembro de 1801, o governador ordenou, em nome do príncipe regente, a transformação de Urubu de Baixo em vila.

Transformada em vila, os moradores de Urubu de Baixo passam a chamá-la de Propriá. Não existe uma definição histórica para essa mudança, mas a maioria acredita que Propriá surgiu de uma pesca de Piau na lagoa de João Baía. Criou-se então a expressão ‘pesca

do pau piau'. Outros dizem que o nome vem também da lagoa, mas a expressão seria 'puro piau'. Depois Propriá. E em 21 de fevereiro de 1866, a vila recebe a categoria de cidade.

Em finais de 1859, O padre Antônio Cabral, vigário da cidade, recebendo três freiras de Portugal, resolveu construir um colégio para meninas. Boa parte dos recursos para a construção da escola foi doada por João Fernandes de Britto. Nasce o Colégio Nossa Senhora das Graças, que começou a receber meninas das famílias tradicionais de Sergipe. Esse mesmo Padre Cabral, em 1908, também foi o responsável pela construção do hospital de Caridade São Vicente de Paula.

Chegando aos dias de hoje o município faz fronteira com o estado de Alagoas, Neópolis, Japoatã, Malhada dos Bois, São Francisco, Cedro de São João e Telha, com área de 95,041 Km². Com clima tropical semiárido o município fica às margens do Rio São Francisco, distancia-se da capital em 98 Km pela BR 101. A população do município é de 28.451 habitantes sendo que 24.390 moram na zona urbana e 4.061 moram na zona rural. A mesma faz divisa com o Estado de Alagoas como já foi mencionado acima e é constituído de uma sede e quatro distritos denominados dos Povoados Santa Cruz, Boa Esperança, São Vicente e São Miguel.

A cidade de Propriá conta com um Fórum Dra. Leonor Barreto Franco que atende a todas as necessidades da população ribeirinha.

Em relação às manifestações culturais da cidade destacam-se as festas religiosas, tendo como principais eventos: Festa do Bom Jesus Dos Navegantes e a Festa do Padroeiro Santo Antônio, tendo atrações religiosas e culturais.

Assim por meio dessa historicidade do município é possível analisar o atual quadro da Assistência Social em Propriá, levando-se em consideração as antigas e a atual gestão nos equipamentos públicos sociais.

Partindo-se para se analisar a importância do Serviço Social no SUAS de Propriá, verifica-se que a Assistência Social dispõe de proteções que se firmam como preventivas, na qual as mesmas são destinadas as pessoas em situação de risco e vulnerabilidade, identificadas como Proteção Social Básica e Proteção Social Especial, já que em consonância com a NOB/SUAS (2004), a Proteção Social Básica tem como finalidade prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades, além do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários.

Na PNAS (2004) e na NOB (2005), a Proteção Social Básica está referida a ações preventivas, que reforçam a convivência, socialização, acolhimento e inserção, possuindo caráter genérico, visando assim desenvolver potencialidades, aquisições e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários e destina-se a populações em situação de vulnerabilidade social (PNAS, 2004).

Assim essa Proteção será oferecida nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), que é assim uma unidade pública estatal da política de Assistência Social, que oferta serviços da SUAS, com o objetivo de prevenir situações de vulnerabilidade social, ampliando o acesso aos direitos sociais, proporcionando assim sua cidadania. Os CRAS foram criados em 2004 com a aprovação da Assistência Social.

Atualmente são várias as possibilidades de reflexão e análise da Política de Assistência Social institucionalizada através da Lei nº. 8742 de dezembro de 1993 que dispõe sobre a organização da Assistência Social e outras providências e que em seu artigo primeiro indaga.

Art.1º A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de seguridade social não contributiva, que prove os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas. (LOAS, 1993)

De acordo com a PNAS para se construir uma política pública de assistência é preciso antes de tudo levar em conta três vertentes de proteção social: as pessoas, as suas circunstâncias e dentre elas seu núcleo de apoio primeiro, isto é, a família, foco principal de análise e atenção do CRAS, já que a mesma na proteção social básica deve-se considerar novas referências, e partindo do suposto de que são funções básicas das famílias: prover a proteção e a socialização dos seus membros; constituir-se como referências morais de vínculos afetivos e sociais; de identidade grupal; além de ser mediadora das relações dos seus membros com outras instituições sociais e com o Estado, até porque a vida dessas famílias não é regida apenas pela pressão dos fatores sócio-econômicos e necessidade de sobrevivência. Elas precisam ser compreendidas em seu contexto cultural, inclusive ao se tratar da análise das origens e dos resultados de sua situação de risco e de suas dificuldades de auto-organização e de participação social. (PNAS, 2004).

Os usuários que freqüentam o CRAS de acordo com a LOAS, são cidadãos e grupos que se encontram em situações de vulnerabilidade e riscos, tais como: famílias e indivíduos com perda ou fragilidade de vínculos de afetividade, pertencimento e sociabilidade, desvantagem pessoal resultante de deficiências, exclusão pela pobreza e, ou, no

acesso as demais políticas públicas, uso de substâncias psicoativas, diferentes formas de violência advinda do núcleo familiar, inserção precária ou não inserção no mercado de trabalho formal ou informal, estratégias e alternativas diferenciadas de sobrevivência que podem representar risco pessoal e social. (LOAS, 1993)

O município de Propriá dispõe atualmente de dois CRAS que são: CRAS Dom José Brandão de Castro e o CRAS Santo Antônio. O primeiro é o Centro de Referência da Assistência Social Dom Jose Brandão de Castro do município de Propriá/SE, localizado na Rua Elmiro Costa do Bairro Fernandes S/N, funcionando das 07h00 min às 17h00min. De Segunda a Sexta. O mesmo foi instituído pelo gestor da época através da Secretaria Municipal de Assistência Social.

Salientando, que durante vários períodos de transição da política do Município de Propriá, com troca de gestores e secretários, mudanças ocorreram e atualmente o Centro de Referência de Assistência Social-CRAS Dom José Brandão de Castro oferece alguns serviços a população, entre eles: - Serviço de Proteção Atenção Integral a Família-PAIF: O serviço atualmente atende as famílias da região que são cadastrados no CADÚNICO, que é um programa do Governo Federal, que atende a 216 (duzentas e dezesseis) famílias mensal apresentando em sua equipe (duas) Assistentes Sociais, e 1 (uma) psicóloga. - Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV, antigo Erradicação do Trabalho Infantil: é um programa do Governo Federal que apresenta em sua estrutura física 8 (oito) coletivos para atender a sede e os povoados trabalhando com 434 (quatro cento e trinta e quatro) crianças e adolescentes, com faixa etária de 6 (seis) aos 15 (quinze) anos de idade, onde 200 (duzentas) são da sede, e 86 (oitenta e seis) são do povoado São Miguel, 19 (dezenove) do povoado

Santa Cruz. 24 (vinte e quatro) do povoado Boa Esperança e 105 (cento e cinco) do povoado São Vicente.

Os grupos de Convivência tem o objetivo de prevenir a ocorrência de situações riscos sociais nos territórios, por meio do desenvolvimento e acesso aos direitos de cidadania. As atividades são desenvolvidas todas as terças feiras, das 13h 30 min às 16h00 min atividades, onde 71 (setenta e um) idosos cadastrados se encontram para participar das atividades interativas como: palestras, bingos, jogos, dinâmicas, dança e oficinas.

Os usuários são orientados por 12 (doze) monitores, 1 (um) professor de capoeira, 1 (um) professor de karatê e 1 (uma) coordenadora desenvolvendo mensalmente atividades socioeducativas.

Devido ao grande número de jovens existentes no Município de Propriá, houve a necessidade da implantação do Programa Nacional de Inclusão de jovens. O Projovem Adolescente na qual o mesmo é um dos quatro eixos do Programa Nacional de Inclusão de Jovens de 15 a 17 anos, estes são pertencentes às famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família em situação de risco social. É um serviço socioeducativo continuado, entendido como direito, tendo como objetivo fortalecer os vínculos familiares, sociais e comunitários.

O município atende a 300 adolescentes, entre Sede e os Povoados: São Vicente, Boa Esperança e São Miguel, cujos adolescentes participam de várias atividades, como informática, capoeira, caratê e todas as quintas feiras tem um espaço destinado a eles na rádio comunitário, momento em que os mesmos relatam todas as atividades desenvolvidas, durante a semana.

É necessário ressaltar que o Centro de Referência da Assistência Social (CRAS)

Dom José Brandão de Castro de Propriá-SE, oferta à população os seguintes serviços:

- Isenção de identidade
- Carteirinha de passe livre estadual e interestadual para deficiente físico e idoso.
- Atendimento psicológico e psicossocial
- 2ª via gratuita de certidão de nascimento
- Encaminhamento para o BPC (Benefício de Prestação Continuada).
- Grupos de Idosos todas as terças feiras á tarde

Com relação á estrutura física o Centro de Referência de Assistência Social-CRAS apresenta: 01 estacionamento, que é utilizado como área de lazer, 01 sala para atendimento dos Serviços de Atenção Integral a Família PAIF,01 corredor amplo que subdivide as salas, 04 banheiros sociais,01 sala de oficina para os alunos do Projovem, 01 sala de reuniões, 01 sala para o desenvolvimento de atividades relacionadas a dança, capoeira aula de canto, 01 sala para a coordenação Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos-SCFV.

Os Recursos Humanos da instituição são dispostos da seguinte forma:

Quadro 1: Recursos Humanos do CRAS Dom José Brandão de Castro

Profissionais	Quantitativo	Vinculo no SUAS
Assistentes Sociais	03	Contrato/Estatutária
Orientadores do Pro Jovem	06	Contrato

Administrativo	01	Estatutária
Educadores Sociais	10	Contrato
Psicólogos	01	Contrato
Professor de informática	01	Contrato
Coordenadora do Programa Bolsa Família	01	Contrato
Digitadores	02	Contrato
Vigilantes	04	Contrato
Cozinheira	02	Contrato
Auxiliar de serviços gerais	01	Contrato
Professor de capoeira	01	Contrato
Operadores do Bolsa Família	03	Contrato
Coordenador da Bolsa Família	01	Contrato

Fonte: Pesquisa de campo realizada em novembro de 2012.

O segundo CRAS do município é o CRAS Santo Antônio inaugurado no ano de 2010, pelo gestor da época, o mesmo surgiu com o objetivo de dar um maior apoio assistencial e social ao Bairro Maria do Carmo, já que o mesmo possui uma comunidade com grande índice de vulnerabilidade social, diminuindo assim o atendimento realizado no CRAS Dom José Brandão de Castro. O CRAS Santo Antônio é localizado na Rua da Delegacia, s/n, no Conjunto Maria do Carmo, sendo assim, o mesmo funciona das 07h00h às 12h00h da manhã, reabrindo as 13h00h às 16h00h da tarde, de segunda-feira à sexta-feira. O mesmo trabalha com 1.500 famílias, todas elas beneficiária do Programa Bolsa Família.

A instituição possui uma estrutura física com 01 sala de atendimento, 01 sala multiuso, 01 sala de coordenação, 03 banheiros, 01 cozinha, 01 salão onde são desenvolvidas as atividades.

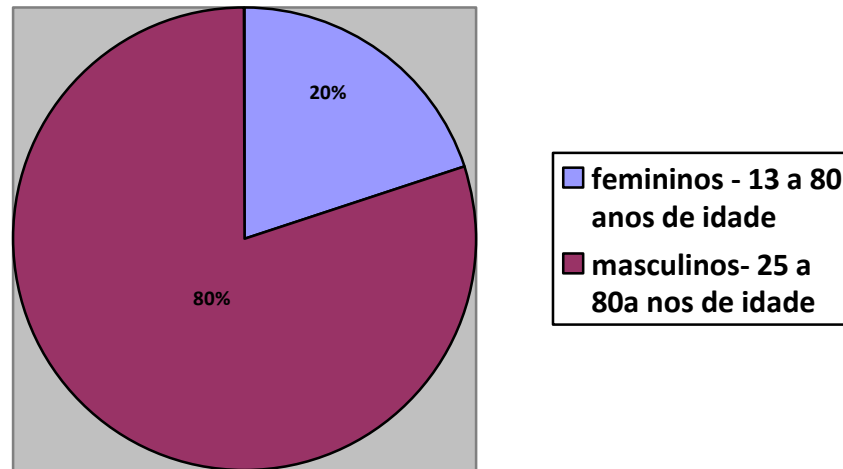
Já sua formação nos Recursos humanos se integra num trabalho interdisciplinar com um total de funcionários referenciados no quadro abaixo:

Quadro 2 de Recursos Humanos dos Profissionais CRAS Santo Antonio.

Profissionais	Quantitativo	Vinculo no SUAS
Assistentes Sociais	01	Contrato
Psicóloga	01	Contrato
Recepcionista	01	Contrato
Educador Social	01	Contrato

Fonte: Pesquisa de campo realizada em novembro de 2012.

O perfil do usuário que frequenta a instituição CRAS Santo Antônio é de 80% do sexo feminino e 20% do sexo masculino, tendo como referência da família à mulher, até porque elas são referencia para aproximadamente 29% das famílias. Estão cadastradas 1000 famílias, 228 idosos, 280 crianças e 32 gestantes assegurando a convivência familiar e comunitária.



O Serviço Social na instituição mencionada acima está em conformidade com o Código de Ética Profissional do Assistente social através do reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes - autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais, bem como coordenar, elaborar, executar, supervisionar e avaliar estudos, pesquisas, planos, programas e projetos.

Assim no CRAS Santo Antônio, o Serviço Social através de seus profissionais utilizam instrumentais para materializar sua intervenção profissional na realidade da comunidade através de: **Banco de dados** – armazenamento intencional e sistemático de todas as informações obtidas no trabalho cotidiano. Os dados são armazenados de acordo com o contexto sócio-cultural onde se situa a instituição, ao contexto da população usuária e aos objetos em estudo. **Folha de coleta de dados** - é simplificada e individualizada de acordo com os dados. Geralmente é de usuários atendidos individualmente ou em grupos. **Parecer social** – exposição e manifestação sucinta, enfocando objetivamente a questão ou situação social analisada por meio de estudo social, com uma finalização de caráter conclusivo ou indicativo. **Relatório de entrevistas** – contêm os dados da pessoa atendida, a situação trazida

por ela, sua requisição a instituição e ao serviço social, o parecer e a intervenção do profissional, bem como outras informações consideradas necessárias ao trabalho.

Arquivamento – acervo de papéis e documentos, sendo uma fonte viva de ajuda na intervenção social e na produção de conhecimento sobre a realidade onde se atua e sobre o próprio trabalho. Constan projetos, programas, atividades, relatórios, relatos, enfim toda a documentação produzida no processo de trabalho.

O CRAS Santo Antônio possui vários serviços que promovem a socialização dos usuários para atender as demandas locais como: Isenção da taxa para tirar RG (1ª e 2ª Via), isenção de pagamento do IPTU, solicitação de isenção da 2ª Via de certidão de nascimento e casamento para cartórios de outros municípios, carteirinha Passe livre Estadual para idosos com mais de 65 anos de idade e ou deficientes, como também a carteirinha Passe livre Interestadual para idosos com mais de 60 anos de idade, com renda igual ou inferior a 2 salários mínimos e ou deficiente. Cursos de geração, emprego e renda, sendo concedido também o RG no próprio CRAS, pois há um posto de Instituto de identificação no prédio para atender a todos que precisarem dos Serviços de Utilidade pública.

Além do Grupo Renascer de Convivência e fortalecimento de vínculos para Idosos, que trabalha com o fortalecimento da autonomia, integração e socialização dos idosos, resgatando sua auto-estima, promovendo o desenvolvimento das relações comunitárias e familiares, integrando, compartilhando objetivos e interesses, trabalhando também com atividades educativas, de lazer e cultura, dinâmicas, palestras, bingos, forrós, viagens, promovendo assim a reorganização do pensar, sentir e agir, já que a Terceira Idade, ou melhor Idade, é uma fase privilegiada e especial e que merece ser vivida intensamente. As assistentes sociais, junto com a psicóloga e suas estagiárias ajudam os Idosos a redescobrir o

sentido da vida, nas diversas atividades oferecidas no CRAS Santo Antônio. O grupo de convivência tem um total de 40 pessoas na faixa etária acima de 60 anos de idade.

A instituição referenciada oferece projetos aos seus usuários divididos da seguinte forma: - **Projeto Brincar é Viver**, que trabalha com crianças de 3 a 6 anos de idade, com o objetivo de proporcionar espaços de brincadeira entre as crianças, bem como fortalecer a interação dessas crianças numa mesma faixa etária. – **Projeto Nenê da Mamãe**, que vem com o intuito de auxiliar as gestantes no desenvolvimento da gravidez, sendo importante trabalhar com o nenê ainda dentro do ventre da mãe, integrando a gestante aos profissionais, sendo um momento de alegria, carinho e aprendizado num momento único do nenê com a futura mamãe. O Projeto também oferece ao final da gestação um kit completo com enxoval para o nenê, já que está previsto no artigo 14º da LOAS, como ação que compete aos municípios efetuar o pagamento dos auxílios natalidade e funeral.

Os programas desempenhados na instituição são de direito do cidadão, que deles necessitem tais como: - **PAIF**, Serviço de proteção e atenção integral a família, já que é um trabalho continuado que visam fortalecer a função protetiva das famílias, prevenindo a ruptura de vínculos, o acesso e usufruto de direitos, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida. – **BPC**, benefício da prestação continuada, que garante 1 salário mínimo vigente ao idoso, com idade de 65 anos de idade ou mais, e a pessoa com deficiência, de qualquer idade, com impedimentos de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, podendo impedir sua participação efetiva e normal na sociedade. Em ambos os casos devem provar não conseguir prover o seu sustento e nem o de sua família, e nem a família tenha condições de provê-lo. – **Bolsa Família**, um programa de transferência direta de renda com condicionalidades, que beneficia famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza. O programa Bolsa Família ainda não é desenvolvido no CRAS Santo Antônio por conta da infra-estrutura da instituição,

porém o mesmo é encaminhado a Secretaria Municipal de Assistência Social. O programa integra o Fome Zero, contribuindo para a conquista da cidadania pela população mais vulnerável à fome. – **Programa Social de habitação (PSH)**, programa do governo federal em parceria com o município de Propriá, que tem como objetivo a construção de casas populares para as famílias com uma renda bruta de até R\$1.395,00 reais. O mesmo já entregou 50 casas no Próprio Conjunto Maria do Carmo, tendo 150 ainda em construção e 22 já entregues no Bairro Matadouro.

Outra representação da Proteção Social Básica no município referenciado é a Secretaria de Assistência Social e Trabalho (SEMAST), que tem como finalidade, prover serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social básica e, especial para famílias, indivíduos e grupos que deles necessitem. Contribuindo com a inclusão e a equidade dos usuários e grupos específicos. A mesma encontra-se situada na Rua Dom José Vicente de Távora, S/N, no bairro Fernandes. Foi inaugurada em 1998, pelo prefeito municipal da época. Funcionando das 08h00 às 17h00.

A SEMAST é de natureza pública, tem como objetivo prover o desenvolvimento de serviços, programas, projetos e benefícios à socialização familiar e comunitária, conforme identificação da situação de vulnerabilidade social apresentada.

A Secretaria de Assistência Social funcionava junto com o CRAS, sob a responsabilidade da Secretaria de Assistência Social. Mas, cumprindo a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS, ocorreu a desvinculação para cada um cumprir com suas responsabilidades em espaços separados, mudando assim de coordenação.

Atualmente a Secretaria de Assistência, é composta por:

Quadro 3: Recursos Humanos dos Profissionais da
Secretaria de Assistência Social e Trabalho.

Profissionais	Quantitativo	Vinculo no SUAS
Assistentes Sociais	03	Contrato/Comissionada
Administrativo	03	Contrato
Vigilante	01	Contrato
Auxiliar de Serviços gerais	01	Contrato

Fonte: Pesquisa de campo realizada no mês de novembro de 2012.

Os serviços prestados são organizados com base no Sistema Único de Assistência Social- SUAS nas ações socioassistenciais que têm como prioridade a atenção às famílias, seus membros, indivíduos e o território como base de organização que passa a definir, de acordo com a necessidade, sua complexidade. Modelo de gestão descentralizada e participativa, em conjunto com as três esferas: Federal, Estadual e Municipal.

Existem algumas instituições e órgãos do município que estão vinculados a Secretaria Municipal de Assistência Social e Trabalho, vale mencionar 03 deles: o CRAS, o CREAS E A CASA LAR.

Os Serviços prestados pela Secretaria de Assistência realizam-se de forma articulada aos órgãos que compõem a rede de proteção social do município de Propriá, destacando-se : Gestão da Política Municipal de Assistência Social, Serviço de Plantão Social, para toda população que necessitam dos serviços da Assistência Social. Tendo como requisito

básico para a liberação dos serviços a situação econômica e precária, tendo uma renda inferior a $\frac{1}{4}$ do salário mínimo.

- 2ª via de certidões sendo do município
- Isenção do IPTU
- Cadastramento para o programa de casas populares
- Pagamento de aluguel Social

Na Secretaria de Assistência Social existem quatro Programas implantados são eles : o programa Bolsa Propriá que foi sancionado pela Lei nº 569, de 2011, onde o valor pago a cada família fica estipulado em $\frac{1}{6}$ do salário mínimo vigente e será efetuado de forma nominal a cada beneficiário.

O Bolsa Propriá é um Programa Municipal que possibilita a transferência de renda instituído legalmente através da Lei nº 569, de 2011. O programa configura como um direito social municipal, e de caráter suplementar, proporcionando ao usuário da Secretaria de Assistência Social e Trabalho, isto é a população carente o complemento para suas despesas familiar. O Programa é destinado a 500 (quinhentas) famílias socialmente vulneráveis, e dessa forma promovendo mais qualidade de vida às famílias beneficiadas.

O Programa Bolsa Propriá é vinculado com o Programa Bolsa Família, e através do cadastro dos usuários no CadÚnico previsto no art.2º do Decreto de nº 6.135, de 26 de junho de 2007- o Cadastro Único para Programas Sociais é instrumento de identificação e caracterização socioeconômica das famílias brasileiras de baixa renda, a ser obrigatoriamente utilizado para seleção de beneficiários e integração de Programas Sociais do Governo Federal voltados ao atendimento ao público. Após alguns dias de realizado o Cadastro no CadÚnico é

gerado o NIS. Esse critério é de fundamental importância para fazer o cadastro da Bolsa Propriá.

A saber, o Programa Bolsa Propriá é muito importante para a população carente de Propriá, foi pensando nisso que a gestão Municipal juntamente com a Secretaria de Assistência Social preocupada com o índice da pobreza procurou fazer o exemplo do Governo Federal que instituiu o Plano Brasil Sem Miséria, com a finalidade de intervir nessa realidade do município, superar a situação de extrema pobreza das famílias.

O programa do Aluguel Social, de Lei nº 582, de 2012, consiste na concessão pela Administração Pública Municipal de benefício financeiro mensal diretamente ao beneficiário, abrigado sob a responsabilidade do Município, para pagamento alugueis transitórios, pelo período que antecede a entrega definitiva do imóvel objeto de programa habitacional de qualquer esfera de governo em que esteja cadastrado. No art.2º da Lei nº 582,2012 os requisitos estabelecidos nesta Lei, serão concedidos benefícios financeiros de até 150,00 (cento e cinquenta reais) mensais para família, a quantidade máxima de beneficiários e de 100 famílias.

O Programa Bolsa Família (PBF) é um programa de transferência direta de Associados aos direitos básicos: Saúde Educação e Assistência Social. (com renda mensal por pessoa de R\$ 70 a R\$ 140 reais). No cadastro Único existem 5.577 (cinco mil, quinhentas e setenta e sete) famílias cadastradas. Atualmente existem aproximadamente, 3.335 (três mil trezentas e setenta e sete) famílias cadastradas entre sede e povoados. Tem como objetivo, combater a fome e promover a segurança alimentar e nutricional, e outras formas de privação das famílias. Tendo 1(uma) coordenadora, (dois) operadores de nível médio fazendo todo

processo burocrático, o usuário que se inserir no programa é feito uma visita domiciliar através dos operadores, se necessário a visita do assistente social, é feita uma avaliação para observar se está dentro das condicionalidades do programa.

Beneficiam-se, nos municípios de Propriá, famílias residentes na área urbana e rural do município inscrita no Cadastro Único para Programas Sociais concebendo um benefício mensal de R\$ 32,00 a R\$ 242,00, de acordo com a renda mensal por pessoa da família e com o número de crianças e adolescente de até 15 anos e de jovens de 16 e 17 anos e do tipo de benefício que pode ser básico R\$ 70,00 variável R\$ 32,00 e Variável Vinculada ao adolescente (BVJ) R\$ 38,00, entretanto condicionadas ao cumprimento de metas sociais como manter em dia a carteira de vacinação, a frequência escolar de 85% das aulas e acompanhamento da saúde e do estudo nutricional.

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), instituído pelo artigo 19 da Lei nº 10.696 de 2 de julho de 2003 e regulamentado pelo Decreto nº 5.873 de 15 de agosto de 2006, é uma das ações do Fome Zero e tem como objetivos: Garantir o acesso aos alimentos em quantidade, qualidade e regularidade necessárias às populações em situações de insegurança alimentar e nutricional; Permitir aos agricultores familiares, que estoquem seus produtos para serem comercializados a preços mais justos; Promover a inclusão social no campo por meio do fortalecimento da agricultura familiar.

Assim o Programa adquire alimentos de agricultores familiares, com dispensa de licitação, e os destina a pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, atendidas por programas sociais locais. Os parceiros do PAA são várias instituições que estão envolvidas na implementação do Programa. Além dos cinco Ministério que compõem o

Grupo Gestor, o PAA conta com parcerias que envolvem órgãos públicos Estaduais Municipais e a sociedade organizada. No âmbito Federal, a execução do Programa está a cargo do Ministério do Desenvolvimento Social e combate á Fome e do Ministério do Desenvolvimento agrário.

Em Sergipe, o PAA recebe o nome de frutos da terra porque valoriza o que é produzido por nossos agricultores e alimenta com qualidade milhares de crianças, jovens e idosos com o que tem de melhor. Em Propriá o Programa de Aquisição de Alimentos Compra direta Local da Agricultura Familiar, Foi implantado em março de 2012. Esse Programa está vinculado com o Governo Federal, Estadual e Municipal.

Os Projetos implantados seguem da seguinte forma: - Oficinas Produtivas de Bordados: realizada nos povoados São Miguel, Boa Esperança, Santa Cruz e São Vicente atendendo a 180 mulheres da Bolsa Família para geração de renda familiar, forneceram gratuitamente as mesmas toda matéria prima necessária à produção do bordado em ponto de cruz, ou seja, tecido aviamentos para acabamento e ainda ofertamos uma facilitadora em cada comunidade para coordenar, distribuir o material, ensinar o acabamento perfeito da peça, unificar e fortalecer o grupo que reúne-se de segunda à sexta às tardes para realizarem a produção. -Projeto Educando com Amor: realizado nas escolas municipais rurais a exemplo dos povoados São Miguel, Santa Cruz, Boa Esperança, Morro do Chaves e São Vicente com as crianças da pré-escola e seus pais com a participação de assistente social, psicóloga, pedagoga e fisioterapeuta que fazem suas falas sobre educação dos filhos no seio familiar, na escola, na sociedade e sobre a importância do toque, e ao final de cada atividade que vale ressaltar tem a participação efetiva dos pais nos debates, cada criança recebe um kit de higiene

infantil contendo, shampoo, sabonete, colônia, toalha de banho, escova de dente com creme dental e escova de cabelo.

A Proteção Social Especial de média complexidade está representada no município de Propriá pelo Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), que presta atendimento assistencial a famílias, indivíduos e a comunidade que se encontram em situação de risco social e pessoal, tendo assim seus direitos violados. Portanto o Centro de Referência Especializado da Assistência Social - CREAS Cantinho da Esperança de acordo com a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, pactuada na Comissão Inter gestores Tripartite – CIT, e aprovada pelo Conselho Nacional de Assistência Social, por meio da Resolução Nº 109 de 11 de dezembro de 2009.

Os Recursos Humanos do CREAS está formado da seguinte maneira:

Quadro 4: Recursos Humanos dos Profissionais do CREAS

Profissionais	Quantitativo	Vinculo no SUAS
Assistentes Sociais	01	Contrato
Psicóloga	01	Contrato
Psicopedagoga	01	Contrato
Advogado	01	Contrato
Educadores Sociais	03	Contrato

Fonte: Pesquisa de campo realizada no mês de novembro de 2012.

Os serviços ofertados estão voltados para os indivíduos que estão tendo seus direitos violados, dentro da realidade de Propriá/SE sendo eles: - PAEFI (Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos): o presente serviço objetiva ofertar apoio, orientação e acompanhamento a famílias com um ou mais de seus membros em situação de ameaça ou violação de direitos. Compreende atenções e orientações direcionadas para a promoção de direitos, a preservação e o fortalecimento de vínculos familiares, comunitários e sociais e para o fortalecimento da função protetiva das famílias diante do conjunto de condições que as vulnerabilizam e/ou as submetem a situações de risco pessoal e social. -Abordagem Social: o presente serviço foi ofertado de forma contínua e programado, com a finalidade de assegurar o trabalho social de abordagem e busca ativa, objetivando a identificação, no território, a incidência de trabalho infantil, exploração sexual de crianças e adolescentes, situação de rua, dentre outras.

Os Serviços são executados através da realização de palestras, oficinas e ações de mobilização social em praças, as margens da BR101, fronteiras, espaços públicos e privados que se encontram abandonados, locais de intensa circulação de pessoas e existência de comércio, ponto táxi e ônibus, escolas, comunidades rurais etc.

Através do referido serviço foi possível identificar aproximadamente 38 (trinta e oito) pessoas que se encontrava em situação de rua, sendo realizados todos os procedimentos legais para o amparo e direcionamento do mesmo para suas cidades de origem, através da concessão de passagem ou de transporte para os mesmo pudessem retorna ao convívio familiar.

Dentre as principais ações podemos citar: Construção do processo de saída das ruas, possibilitando condições de acesso à rede de serviços e a benefícios assistenciais; Identificação de famílias e indivíduos com direitos violados, a natureza das violações, as condições em que vivem estratégias de sobrevivência, procedências, aspirações, desejos e relações estabelecidas com as instituições,

As Promoções de ações de sensibilização para divulgação do trabalho realizado, diretos e necessidades de inclusão social e estabelecimento de parceria; Promoção de ações para a reinserção familiar e comunitária. Assim como o Acompanhamento de crianças e adolescente que se encontra em cumprimento de medidas socioeducativas e protetiva, até porque o referido serviço tem por finalidade prover atenção socioassistencial e acompanhamento a crianças, adolescente e jovem em cumprimento de medidas socioeducativas e protetiva, determinadas judicialmente.

O serviço acima objetiva contribuir para o acesso a direitos e para a ressignificação de valores na vida pessoal e social das crianças, adolescentes e jovens, tendo como eixo principal o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários. Atualmente se encontram sendo atendidos 05 (cinco) adolescentes que se encontram cumprindo medida de acolhimento institucional na cidade de Aracaju e 02 (dois) adolescentes que se encontra em cumprimento de medida socioeducativa em meio fechado (CENAN).

Para a execução do serviço foram desenvolvidas as seguintes atividades: Realização de visitas mensais as instituições (CEO, Abrigo Isabel Abreu, USIP e CENAN); Elaboração de relatórios sociais; Participação em audiência pública, junto ao Ministério Público e Poder Judiciário; Agendamento de visitas para as famílias, buscando articular a rede

de proteção social do município; Realização de encaminhamentos a rede socioassistencial; Realização de visitas domiciliares; Atendimento psicossocial (individual e grupal).

O Serviço de Proteção Especial para as crianças e adolescentes em cumprimento de medida protetiva, (abrigo) - este serviço tem objetivo de estar acompanhando as crianças e adolescentes que estão nos abrigos, fazendo o acompanhamento familiar e individual, para que assim possa estar fortalecendo os vínculos familiares. Serviço Especializado de Abordagem social - tem a finalidade de assegurar trabalho social de abordagem e busca ativa que identifique nos territórios, a incidência de trabalho infantil, exploração sexual de crianças e adolescentes, situação de rua, dentre outras.

O Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas famílias - serviço destinado à promoção de atendimento especializado a famílias com pessoas com deficiência e idosos com algum grau de dependência, que tiveram suas limitações agravadas por violações de direitos, como maus tratos, negligência entre outras.

O Serviço de Convivência e atendimento Grupal “Projeto Recomeçar”, considera as diversas problemáticas vivenciadas pelos indivíduos e famílias que buscam os serviços do CREAS da cidade de Propriá, e, através do mapeamento da demanda apresentada durante o período de agosto a outubro de 2011.

Os projetos foram desenvolvidos pela coordenação juntamente com a equipe técnica do CREAS, implantando assim o Projeto “Recomeçar”, de forma articulada a toda rede socioassistencial do município dentro de uma proposta de trabalho intersetorial, objetivando a promoção do enfrentamento e superação das diversas situações de violação de

direitos que afetam diretamente cerca de 100% das famílias que estão sendo acompanhadas pelo CREAS.

O grupo é formado pelo Projeto Recomeçar, possui 30 famílias, os encontros são feitos a cada 15 dias são atendidas pelo CREAS, com o objetivo de estar trabalhando alguns temas específicos para o fortalecimento de vínculos entre a família e o indivíduo que estão com seus direitos violados, abordando temáticas relacionadas às problemáticas apresentadas pelos membros da família, com vista na promoção da superação da violação de direitos que as afetam, preparando as famílias para promover a integração das crianças e adolescentes no meio familiar e comunitário, após a aplicação de uma medida protetiva ou socioeducativa. Fortalecer também a identidade e autoestima, dos membros da família, promovendo a possibilidade de construção de propósitos de vida, estabelecimento de vínculos familiares e sociais e alcance de autonomia. Contribuindo para o fortalecimento da família no desempenho de sua função protetiva, processando inclusão das famílias no sistema de proteção social e nos serviços públicos, conforme necessidades, contribuir para restaurar e preservar a integridade e as condições de autonomia dos usuários, contribuir para a reparação de danos e da incidência de violação de direitos e prevenir a reincidência de violações de direitos.

Já o Grupo Ciranda do Saber é formado por 18 crianças e adolescentes atendidos pelo CREAS, a cada 15 dias, um trabalho em parceria com uma psicóloga, uma psicopedagoga e uma Educadora Social, onde o seu objetivo é trabalhar a autoestima de cada indivíduo como também o trabalho em grupo.

A secretária presta alguns atendimentos onde cita-se: **-Atendimento psicossocial:** atendimento individual com os usuários, este tem o objetivo de estar fazendo uma análise de

toda situação, para que este venha estar superando a violação de direito. -**Atendimento psicopedagógico-atendimento individual** com as crianças e adolescentes atendidos pelo CREAS que estão com problemas cognitivos e o **atendimento sócio jurídico** - atendimento com o advogado, com a finalidade de estar orientando a família na parte jurídica.

As principais ações/atividades que constituem o trabalho social essencial ao serviço e que devem ser realizadas pelos profissionais do CREAS de acordo com Ministério de Desenvolvimento Social são: Acolhida; escuta; estudo social; diagnóstico socioeconômico; monitoramento e avaliação do serviço; orientação e encaminhamentos para a rede de serviços locais; construção de plano individual e/ou familiar de atendimento; orientação sócia familiar; atendimento psicossocial; orientação jurídico-social; referência e contra referência; informação, comunicação e defesa de direitos; apoio à família na sua função protetiva; acesso à documentação pessoal; mobilização, identificação da família extensa ou ampliada; articulação da rede de serviços socioassistenciais; articulação com os serviços de outras políticas públicas setoriais; articulação interinstitucional com os demais órgãos do Sistema de Garantia de Direitos; mobilização para o exercício da cidadania; trabalho interdisciplinar; cadastramento das organizações e dos serviços socioassistenciais; elaboração de relatórios e/ou prontuários; estímulo ao convívio familiar, grupal e social; mobilização e fortalecimento do convívio e de redes sociais de apoio.

E se tratando da Proteção Social Especial de alta, o município dispõe da Casa Lar que esta vinculada ao CREAS, a mesma foi inaugurada em 08 de junho de 2012 visando proteger as crianças, em regime excepcional, provisório e transitório em parceria com o Ministério Público, poder Executivo e as Secretarias Municipais de Propriedade/SE, objetivando

na superação de violação de direitos aos quais essas crianças/ou adolescentes estão submetidas.

A Casa Lar Reconstruindo uma História funciona de domingo a domingo sob os cuidados do casal social, atualmente não tem nenhuma criança ou adolescente na casa, a mesma possui uma equipe técnica formada por:

Quadro 5: Recursos Humanos dos Profissionais da Casa Lar.

Profissionais	Quantitativo	Vinculo no SUAS
Assistente Social	01	Contrato
Psicóloga	01	Contrato
Educador Social	01	Contrato
Administrativo	01	Contrato

Fonte: Pesquisa de campo realizada no mês de novembro de 2012

O serviço de acolhimento provisório oferecido em unidades residências, nas quais um casal trabalha como educador/cuidador residente em uma casa que não é sua, prestando cuidados a um grupo de crianças e adolescentes afastados do convívio familiar por meio de medida protetiva de abrigo (ECA, ART.101).

Em função de abandono ou cujas famílias ou responsáveis encontra-se temporariamente impossibilitados de cumprir sua função de cuidado e proteção, até que seja viabilizado o retorno ao convívio com a família de origem ou, na sua impossibilidade, encaminhamento para família substituta.

O seu público alvo são Crianças e adolescentes de 0 a 18 anos sob medida protetiva de abrigo, o número máximo de usuários por equipamentos são de 10 crianças e adolescentes. Para essas crianças e adolescentes que precisam dessa proteção ser aceitos na casa só com ordem Judicial, com a guia de acolhimento autorizado pelo Promotor. O Conselho Tutelar também pode intervir desde que providencie a guia em 24 horas.

4.4 – Análise dos dados da pesquisa.

Entender a importância do SUAS no município de Propriá/SE, revelada através do olhar dos profissionais que compõem as equipes de referência do SUAS, expõe assim a verdadeira situação da Assistência Social em Propriá.

Os pressupostos que levaram aos questionamentos direcionados aos profissionais do SUAS, mostram a necessidade do conhecimento e funcionamento das instituições públicas de Assistência Social no município de Propriá, levando-se em consideração que a teoria vai muito além da prática. “É nessa perspectiva que PNAS (2004) ressalta que: a Política Nacional de Assistência Social ora aprovada expressa exatamente a materialidade do conteúdo da Assistência Social como um pilar do Sistema de Proteção Social Brasileiro no âmbito da Seguridade”. (PNAS, 2004, p. 11)

Para realizar uma análise acerca do SUAS em Propriá foram realizados os seguintes caminhos metodológicos: pesquisa de campo realizada com os profissionais do SUAS nos equipamentos públicos da PSB e da PSE, bem como a da Secretária Municipal de

Assistência Social. A pesquisa realizada teve abordagem predominantemente qualitativa e descritiva, a fim de se fazer uma análise crítica mais aprofundada acerca do Sistema Único de Assistência Social implantado no município.

Para a entrevista foi construído um roteiro semi-estruturado de perguntas com as seguintes temáticas: levando-se em consideração que a entrevista foi dividida em três partes, sendo as duas primeiras para identificação pessoal. Nas perguntas abordou-se o SUAS, no contexto da avaliação da Assistência Social, as demandas das instituições, os avanços adquiridos ao longo dos anos, em seguida constata-se perguntas sobre o trabalho desenvolvido pelo profissional, ressaltando as demandas do usuário, e se as mesmas são atendidas, qual é a avaliação do SUAS em Propriá, como o compromisso do acesso aos direitos, cidadania e justiça social acontece, sobre a estrutura da instituição, trabalho interdisciplinar definindo como ele funciona, quais os serviços, programas e projetos ofertados, qual o público alvo, o quantitativo desse público, se existe um diálogo entre todas as equipes de referência, o que precisa ser melhorado no âmbito profissional e a terceira e última parte da entrevista trata de perguntas direcionadas somente as Assistentes Sociais.

Nas questões voltadas às mesmas foram feitas perguntas sobre as dificuldades enfrentadas pela profissão, instrumentais utilizados, materialização de sua intervenção profissional e como é tratada a questão social em sua prática profissional. Já a pesquisa realizou-se de modo particular nos dois CRAS, no CREAS e na Secretaria Municipal em que os profissionais estão inseridos, a realização do estudo desenvolveu-se no período correspondente ao mês de novembro de 2012.

O universo de pesquisa corresponde a sete profissionais, conforme o Quadro abaixo, o tipo de amostra utilizado foi a não probabilística por acessibilidade, ou seja, com os profissionais que se disponibilizaram em responder o roteiro de entrevista e enviar por e-mail suas respostas perfazendo um total de 07 entrevistadas, sendo que duas profissionais não se dispuseram a responder o roteiro.

Quadro 6: Profissionais do SUAS em Propriá/SE

Profissionais	Quantitativo	Vinculo no SUAS
Assistentes Sociais	09	Contrato/Estatutária Comissionado
Advogados	01	Contrato
Administrativo	07	Contrato
Educadores Sociais	15	Contrato
Psicólogos	03	Contrato
Psicopedagoga	01	Contrato

Fonte: Pesquisa de campo realizada em novembro de 2012

Em relação à formação profissional, especialização e tempo de trabalho temos um quadro que evidencia que a maioria das entrevistadas foram formadas pela Universidade Tiradentes (UNIT) com exceção de um profissional formado pela faculdade Pio Décimo e uma formada pela Universidade Federal de Sergipe (UFS), isso demonstra a busca pela formação profissional tem sido cada vez mais necessária, e que as instituições do interior do estado são as que possibilitam essa entrada para o universo acadêmico.

Quadro 7 : Instituições de Formação Profissional .

Instituições	Quantitativo
UNIT	05
UFS	01
Pio Décimo	01

Fonte: Pesquisa de campo realizada em novembro de 2012

Grande parte das trabalhadoras são formadas há pouco tempo, por essa razão ainda não possuem especialização, já que foram contratadas logo após o egresso na universidade, estando assim acomodadas quanto ao que diz respeito a especialização.

Diante desse contexto é possível analisar segundo as entrevistadas que o SUAS no município de Propriá vem evoluindo, já que representa um avanço diante do novo modelo de gestão, garantindo e orientando assim os direitos sociais do usuário.

Ainda segundo umas das entrevistadas o SUAS em Propriá é um dos melhores do Estado de Sergipe, pois oferecem diversos serviços à população, o mesmo está atualizado atuando em redes, isto porque todos os órgãos que compõem a Assistência Social estão em plena ativação. Nota-se ainda que umas das entrevistadas que exerce a função de Assistente Social ressalta que: o SUAS no município era efetivado de forma fragmentada. Após a nova gestão, o SUAS, teve um grande avanço, tendo além da Proteção Básica, a Especial e de média complexidade, através da Casa Lar.

Nota-se ainda que uma outra entrevistada relatou o seguinte no que se refere aos avanços do SUAS: “no desenvolvimento e realização dos serviços o SUAS, se articula com a rede e tem parceria com as demais políticas e órgãos”. (Assistente Social do CRAS)

Verifica-se então que houve de fato avanços nos serviços com articulação nas redes e parceria com outros órgãos, na organização das ofertas dos novos serviços socioassistenciais da Proteção Social Básica e a Proteção Social Especial, garantindo assim a continuação dos serviços.

No que tange o Código de Ética Profissional do Serviço Social as entrevistas mencionaram que realizam atividades profissionais baseadas e respeitando o Código de Ética, buscando caminhos para garantir o acesso aos direitos da Política de Assistência.

Quanto à pergunta referente ao âmbito profissional, foi questionado o que precisa ser melhorado. Diante disso uma das entrevistas relatou:

“O comprometimento da família em ajudar no processo de superação dos direitos violados, assim deveria haver a interação e interesse da própria família do usuário na busca da superação dos mesmos”. (Psicóloga do CREAS do município de Propriá/SE).

Ainda no que se refere ao que precisa ser melhorado no âmbito profissional foi mencionado que o CRAS Santo Antônio não possui transporte adequado para se fazer às visitas domiciliares.

Considerando as perguntas especiais destinadas somente aos Assistentes Sociais, identificam-se assim as principais dificuldades enfrentadas pelo profissional do Serviço

Social, na qual a maioria das Assistentes Sociais entrevistadas, afirmam que as dificuldades da profissão são expressas principalmente no que tange:

“Quando se trabalha em uma instituição onde os recursos viabilizam o trabalho torna-se gratificante, mais o problema frequente é que alguns profissionais de outra categoria não conhecem as atribuições do Assistente Social, deixando pra as mesmas tarefas que não são de sua competência”. (Assistente Social da Secretaria de Assistência Social do município de Propriá/SE)

O que foi mencionado no que diz respeito à materialização profissional, frente ao código de Ética profissional, as entrevistadas relataram que:

“Através do meu comprometimento com o Serviço e com Projeto Ético Político Profissional, referendado no Código de Ética Profissional, que tem como base suas atribuições legais e regimentais formulamos e implementamos propostas de intervenções para assim promover o exercício pelo da cidadania aos nossos usuário”.

Verifica-se diante do que foi afirmado pelas entrevistadas que a materialização efetiva-se diante de todas as ações, principalmente respaldada no Código de Ética Profissional que é a legislação que regulamenta a profissão orientando, apoiando a pratica, garantindo assim à qualidade dos serviços prestados a sociedade.

Assim é importante atentarmos que todas as entrevistadas são contratadas pelo município, fato esse que corrobora a submissão dos profissionais ao gestor.

5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho de Conclusão de Curso teve como objetivo principal de analisar o SUAS no Município de Propriá/SE, mas houve a real necessidade de perpassar por um caminho antigo sendo este o histórico da política de Assistência Social, onde se começou a verdadeira intenção de descobrir como surgiu o Sistema Único de Assistência Social no Brasil, no Estado de Sergipe e em Propriá.

Após a Constituição de 1988, que descentralizou a Política da Assistência Social, e com a promulgação da LOAS em 1993 é que novos rumos começaram a ser desenhados na história da Assistência Social brasileira. A PNAS também se fez importante, pois foi através dela que ocorreu a implementação do SUAS, e nesses caminhos percorridos houve avanços e retrocessos.

A análise do SUAS em Propriá se fez através de serviços, programas, projetos dos dois CRAS, do CREAS e da Secretaria Municipal, onde houve também entrevistas com as profissionais das referentes instituições. As entrevistadas expuseram seus pensamentos e suas práticas profissionais, sendo abordadas as questões relativas aos avanços do SUAS no município.

Foi percebido que a implantação do Sistema Único de Assistência Social no município é recente, e que ainda está em desenvolvimento, mas que já possui a materialização necessária para o processo democrático de gestão e para a extensão da proteção social para os usuários que dela necessitem.

Neste sentido se faz a importância do SUAS no município, pois ele oferece a proteção básica, média e de alta complexidade, articulando, pactuando e deliberando, não necessitando sair do âmbito municipal para dar continuidade ao atendimento das demandas que surgem.

Contudo há ainda um longo caminho a ser percorrido no município em relação ao SUAS, tendo a responsabilidade para os profissionais agirem de acordo com seus princípios e preceitos, para dar uma continuidade aos serviços prestados, não importando se os profissionais sejam eles contratos ou efetivos, pois o que se deve levar em conta é a prestação feita para o usuário.

REFERÊNCIAS

BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil** – 27ª. ed. 2011.

_____, **Política Nacional de Assistência Social/PNAS**, aprovada em 14 de outubro de 2004.

_____, Presidência da República. **Lei Orgânica da Assistência Social**, nº8742, de 07 de dezembro de 1993, publicada no DOU de 08 de dezembro de 1993.

_____, Presidência da República. **Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS NO-RH/SUAS**, aprovada em 13 de dezembro de 2006.

_____, Presidência da República. **Norma Operacional Básica NOB/SUAS**, aprovada em 15 de julho de 2005.

_____, Presidência da República. **Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Assistência Social**, aprovada pelo CFESS em 2009.

BOAVENTURA, Edivaldo. **Metodologia da pesquisa: Monografia, Dissertação**. Atlas, 2007.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. – 11. ed. – São Paulo: Cortez, 2007.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. - 20.ed. - São Paulo, Cortez;[Lima, Peru]:

CELATS, 2007.

MOTA, Ana Elizabete. **Serviço Social e saúde/ [et al.]**, (orgs). – 4. ed. – São Paulo: Cortez, 2009.

SANTOS, Isabela Karolinne Batista dos. **Relatório Final de Estágio I e II** – Propriá: UNIT, 2012.

SILVA e SILVA, M. O. (Coord.). **O Serviço Social e o Popular: resgate teórico-metodológico do projeto profissional de ruptura.** São Paulo: Cortez, 1995.

SPOSATI, Aldaiza de Oliveira. **A Assistência na trajetória das Políticas Sociais Brasileiras: uma questão de análise/ [et al] – 11. ed. – São Paulo: Cortez, 2010.**

TORRES, Iraildes Caldas. **As Primeiras-Damas e a Assistência Social: relações de gênero e poder – São Paulo: Cortez, 2002.**

<http://www.mds.gov.br> . Acesso em 15.10.2012.

<http://www.inclusao.se.gov.br>. Acesso em 10.10.2012.

APÊNDICES

ROTEIRO de ENTREVISTA 1

(Profissionais inseridos na equipe do SUAS : CRAS Santo Antônio, CRAS Dom José Brandão de Castro, CREAS e Secretária Municipal de Assistência Social)

Identificação Pessoal

- 1- Nome:
- 2- Formação profissional:
- 3- Ano de formação:
- 4- Universidade que se formou:
- 5- Especialização:
- 6- Quanto tempo de atuação na área:
- 7- Qual o trabalho desenvolvido pelo profissional?
- 8- Qual o período de implantação desta instituição no município?
- 9- A instituição atende as demandas do usuário?
- 10- Como você avalia o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) em Propriá?
- 11- O SUAS ao longo dos anos no município de Propriá teve avanços? De que forma?
- 12- Como você interage com os demais membros da sua equipe profissional?
- 13- Como você faz para firmar seu compromisso com o acesso aos direitos, cidadania e justiça social para com os usuários que buscam a instituição?
- 14- A instituição oferece estrutura necessária para operacionalização de suas funções? Por quê?
- 15- Existe um trabalho interdisciplinar na instituição? Como o mesmo funciona?
- 16- Quais os serviços, projetos e programas ofertados na instituição?
- 17- Qual o público alvo atendido na instituição?
- 18- Qual o quantitativo de usuários atendidos mensalmente?
- 19- Há um dialogo entre todos os equipamentos públicos sociais da cidade, a fim de oferecer um atendimento melhor e desburocratizado para com o usuário? De que forma?
- 20- Na sua visão dentro do seu âmbito profissional o que precisa ser melhorado?

ROTEIRO de ENTREVISTA 2

(Questões destinadas somente para as Assistentes Sociais do: CRAS Santo Antônio, CRAS Dom José Brandão de Castro, CREAS e Secretária Municipal de Assistência Social)

1-Quais as principais dificuldades enfrentadas pela sua profissão atualmente?

2-Quais os instrumentais mais utilizados no seu campo de trabalho?

3-Como você materializa sua intervenção profissional, sendo coerente com o código de ética profissional?

4-Como você trata a questão social na sua prática profissional?

DECLARAÇÃO

Eu _____, portador do
RG: _____ SSP/____, declaro para os devidos fins de direito que analisei o Trabalho
de Conclusão de Curso- TCC, e efetuei as devidas correções de carácter ortográfico das
concluintes do Curso de Serviço Social da Universidade Tiradentes – UNIT, Isabela
Karolinne Batista dos Santos, Luciana Bezerra Fernandes e Otiene da Silva Inácio.

Propriá/SE, 29 de novembro de 2012.
